

Relatório
e Contas
2023

MOZA

3. Moza Banco

Breve Descrição

O Moza Banco é um Banco Universal de Retalho, que opera no mercado moçambicano desde 16 de Junho de 2008. O Banco destaca-se pela sua forte presença a nível nacional, possuindo a terceira maior rede de agências no Sistema Bancário Moçambicano, com um total de 63 Unidades de Negócio distribuídas ao longo do país.

O Moza Banco oferece uma vasta gama de produtos e serviços bancários, atendendo a uma diversidade de Clientes, incluindo os segmentos Particulares, Private, Pequenas e Médias Empresas, Corporate e Institucionais.

Transformação Organizacional e Fortalecimento da Cultura Moza

No âmbito do Plano Estratégico 2022-2026, o Moza Banco empreendeu em 2023 uma significativa jornada de transformação organizacional, com especial enfoque na Transformação Digital do Banco.

Este programa é um vector estratégico fundamental para reforçar a competitividade do Banco, enriquecer a experiência e satisfação dos Clientes, e estabelecer uma base tecnológica robusta que sustentará o crescimento estável e sustentável do Banco. Complementarmente, fomentar a eficiência operacional, otimizando processos e sistemas internos para melhorar a produtividade dos Colaboradores e a eficiência global do Banco para melhor servir o mercado. Com esta transformação, o Moza Banco aspira a consolidar-se como uma referência inovadora e de excelência no sector bancário.

Um elemento crucial para a espinha dorsal desta transformação são as 'Pessoas & Cultura'. Neste sentido, foi estabelecido um projecto que visa reforçar a cultura interna e a capacitação dos Colaboradores. Durante o ano de 2023, foram estabelecidas bases sólidas para esta transformação, com implementação de iniciativas para envolver, inspirar e alinhar os Colaboradores.

Marca Moza

Em 2023, o Moza Banco assinalou o seu 15.º aniversário, uma jornada marcada pela dedicação em servir o Mercado Moçambicano. Desde a sua fundação, o Banco adoptou o propósito de se estabelecer como o Banco de eleição, reflectindo nas suas acções e valores o quotidiano e as aspirações dos consumidores.

Ao longo destes anos, o Moza Banco tem-se destacado por ser uma instituição que valoriza e celebra os desafios, as vitórias, e sobretudo, as conquistas e os sonhos dos seus clientes. Este compromisso traduz-se na busca constante por inspirar e motivar, mantendo e fortalecendo as relações construídas com os seus clientes.

Sob o lema "Faz Acontecer", o Moza Banco posiciona-se não apenas como uma entidade financeira, mas como uma fonte de motivação que espelha a resiliência e o dinamismo. Esta mensagem visa ser um estímulo ao progresso pessoal e profissional, reflectindo o espírito proactivo e empreendedor, que não se limita a esperar pelas oportunidades, mas sim, age para tornar os seus sonhos e objectivos em realidade.

A atribuição do Selo Orgulhosamente Moçambicano ao Moza Banco é um reconhecimento do seu compromisso contínuo em investir e inovar na oferta de produtos e serviços financeiros, adequados às necessidades do mercado moçambicano. Este selo reforça o objectivo do Banco de contribuir activamente para o desenvolvimento económico e social do país.

Assumindo-se como um Banco de referência no sector financeiro nacional, o Moza Banco está empenhado em proporcionar aos seus clientes a melhor experiência de banca relacional, liderando pelo exemplo na inovação e no serviço de excelência. Este percurso, que o Moza Banco pretende continuar a seguir, reafirma o seu compromisso para com o progresso das comunidades e o desenvolvimento sustentável do país.

Principais Eventos 2023

O ano de 2023 ficará marcado pela materialização de inúmeras iniciativas e projectos que espelham a ambição e crescimento do Moza Banco, sustentado pelos seus stakeholders. Destas iniciativas destacam-se as seguintes:

- > Aumento de capital social em mais de mil milhões de meticais passando a situar-se em MZN 7.020.750.000,00.
- > Assinatura da Linha de Financiamento com o Banco Europeu de Investimentos.
- > Lançamento da solução+PME.
- > Lançamento do Crédito Nova Família.
- > Lançamento da Conta Moza Poupança.
- > Assinatura de memorando com a Vodacom ao abrigo da Solução + PME.
- > Inclusão da tecnologia 3D Secure nos cartões Moza.
- > Lançamento do serviço Moza Connect (Host-to-Host).
- > 15º Aniversário do Moza Banco e Lançamento da campanha institucional "Faz Acontecer".
- > Distinção do Moza com Diploma de Honra pelo Banco de Moçambique, no âmbito da implementação a nova plataforma de pagamentos da SIMO (Euronet).
- > Reconhecimento do Moza, pelo 2º ano consecutivo, como uma das melhores instituições para se trabalhar em Moçambique;
- > Atribuição do Selo "Orgulho Moçambicano. Made in Mozambique".
- > Distinção como "Banco do conteúdo local" no âmbito dos ENERMINA AWARDS.
- > Lançamento do programa de literacia financeira em rádios comunitárias e em línguas locais.
- > Assinatura do Protocolo com a APIEX para dinamizar as exportações nacionais
- > Breakfast on Economics and Business com o tema "Perspectivas Macroeconómicas para 2023 e Sustentabilidade das empresas Moçambicanas".
- > Debate sobre os "Desafios da Economia Mundial em 2023 e seu Impacto em Moçambique" em parceria com a Fundação Dom Cabral;
- > Participação do Moza no Fórum de Clientes da Visa em Amsterdão "Visa Payment Fórum"
- > Participação na Primeira Edição do Fórum de Investimento Moçambique - União Europeia, Global Gateway;
- > Participação na Conferência do Sector bancário, Serviços financeiros e Seguros.
- > Anúncio e premiação aos vencedores da 2ª Edição do Prémio de Jornalismo Moza;
- > Lançamento de obras dos vencedores do prémio Literário Fernando Leite Couto 2023.
- > Estreia e divulgação da peça de teatro infanto-juvenil sobre Poupança "Saber sonhar o amanhã".
- > Lançamento da "Colectânea de Legislação Financeira de Moçambique".

4. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

4.1 Estrutura Accionista

No dia 01 de Dezembro de 2022, a Assembleia Geral de Accionistas do Moza Banco aprovou o aumento de capital social da Instituição no montante de 1.124.500.000,00 MT (mil, cento e vinte e quatro milhões e quinhentos mil Meticais).

Posteriormente, a 28 de Fevereiro de 2023, em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral, o capital social do Moza Banco passou de 5.896.250.000,00 MT (cinco mil oitocentos e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta mil Meticais) para 7.020.750.000,00 MT (sete mil e vinte milhões, setecentos e cinquenta mil Meticais).

Neste contexto, a estrutura do Moza Banco, no que se refere à participação dos Accionistas na sociedade, é reflectida na seguinte distribuição, conforme ilustra a tabela abaixo:

| Accionistas | Número de Acções | Valor Nominal (Em Meticais) | Percentagem do Capital |
|--------------------------|------------------|-----------------------------|------------------------|
| Kuhanha S.A | 927.822 | 4 639 110 000 | 66.0771% |
| Arise B.V. | 431.296 | 2 156 480 000 | 30.7158% |
| Moçambique Capitais, S.A | 45.029 | 225 145 000 | 3.2069% |
| António Matos | 3 | 15 000 | 0.0002% |
| Moza Banco | 1.404.150 | 7.020.750.000 | 100% |

A distribuição geográfica dos accionistas sofreu uma alteração em 2023, com destaque para a predominância dos accionistas moçambicanos, que representam 69,2842% do total de acções. Esta distribuição sublinha o Moza Banco como uma entidade financeira com forte raiz nacional, consolidando o seu estatuto como referência bancária em Moçambique.

| Accionistas | Número de Acções |
|--------------|------------------|
| Moçambique | 69,2842% |
| Holanda | 30,7158% |
| Total | 100,0000% |

4.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

O Moza Banco tem uma estrutura de governação, composta com destaque para os seguintes: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão Executiva. Estes órgãos são essenciais para a supervisão e a orientação estratégica do Banco, garantindo a conformidade com os regulamentos e a promoção dos melhores interesses dos Stakeholders.

Assembleia Geral

| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| Presidente da Mesa | Lourenço Joaquim da Costa Rosário |
| Vice-Presidente da Mesa | Maria Violante Jeremias Manuel |
| Secretária da Mesa | Sara Mondego Marques |

Conselho de Administração

| | |
|---------------|----------------------------------|
| Presidente | João Filipe de Figueiredo Júnior |
| Administrador | Adérito Sousa |
| Administrador | Angélica Macave |
| Administrador | Devan Hassad Bai Manmoandas |
| Administrador | Gomes Zita |
| Administrador | Manuel Jorge Aranda da Silva |
| Administrador | Manuel Jorge Mendes Soares |
| Administrador | Ruth da Pátria |
| Administrador | Sérgio Eduardo Ribeiro |
| Administrador | Wilfred Jeroen Scheelbeek |

Conselho Fiscal

| | |
|-----------------|--|
| Presidente | Irene Luzidia Maurício |
| Vice-Presidente | Anastácia Sebastião Chamusse Cuna |
| Vogal | Nuno Gonçalo Gomes Domingues |
| Suplente | Isaltina José Franco Mahumane Nhabinde |

Modelo de Governação

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos, Accionistas e a Sociedade em geral, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Moza Banco adopta um modelo de governação, em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade à Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal.

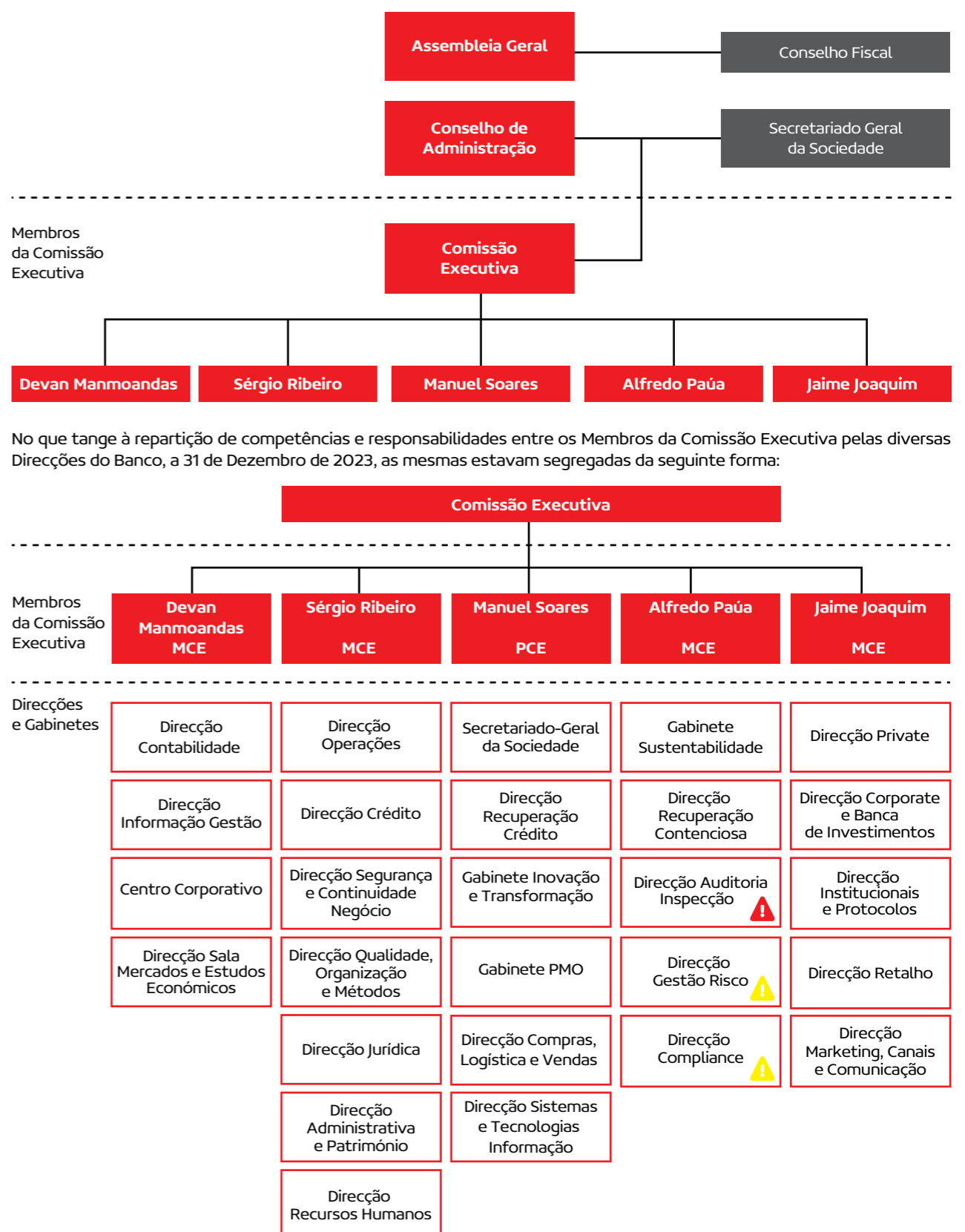
Em Conselho de Administração do Moza Banco, realizado a 28 de Abril de 2023, foi deliberada a composição, nomeação e funções da Comissão Executiva, conforme a composição abaixo:

Comissão Executiva

| | |
|------------|-----------------------------|
| Presidente | Manuel Jorge Mendes Soares |
| Membro | Sérgio Eduardo Ribeiro |
| Membro | Devan Hassad Bai Manmoandas |
| Membro | Alfredo José Paúa |
| Membro | Jaime de Jesus Joaquim |

O Secretário da Sociedade, cuja sua indicação é da competência do Conselho de Administração, tem de entre outras actividades que lhe são atribuídas, a responsabilidade de orientar e apoiar os Órgãos Sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2023, apresentava a seguinte composição:



⚠ A Direcção Auditoria e Inspeção, ao nível do Modelo de Governo de Gestão de Riscos do Banco, reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, sendo que a sua dependência à Comissão Executiva, é de âmbito meramente administrativo.

⚠ O responsável da Direcção Gestão Risco e o da Direcção Compliance, tem acesso ao Conselho de Administração do Banco por via da Comissão de Avaliação de Risco (presidida por um Administrador Não Executivo).

5. Responsabilidade Social

5.1 Responsabilidade Social

Em 2023, o Moza Banco reafirmou o seu compromisso com a responsabilidade social, apoiando projectos e iniciativas de alto impacto para o progresso económico e social nas comunidades onde opera.

Com base neste pressuposto, e em estreita colaboração com os nossos parceiros, desenvolvemos diversos projectos e iniciativas em vários domínios desde a educação, literacia financeira, empreendedorismo, desporto e literatura.

5.1.1. Educação e Literacia Financeira

A estratégia do Banco para promover a educação e a literacia financeira abrangiu a introdução de um programa radiofónico em línguas locais, o “Conta com o Moza”, visando aumentar o acesso e a utilização de serviços financeiros pelas populações rurais. Este programa educativo, transmitido em horário nobre, proporcionou conhecimentos essenciais sobre gestão financeira pessoal de forma acessível e na língua materna dos ouvintes. Adicionalmente, o Moza Banco apoiou o programa de Apoio ao Estudo na Escola Santa Luísa de Marillac, em parceria com a Associação Um Pequeno Gesto, Uma Grande Ajuda (UPG), beneficiando mais de 200 crianças.

Celebrando o Dia Mundial da Poupança, o Moza Banco e a Fundação Fernando Leite Couto apresentaram a peça “Saber Sonhar o Amanhã”, uma iniciativa destinada ao público infanto-juvenil para fomentar a consciencialização sobre a importância da poupança. Este esforço integra-se nas acções de responsabilidade social do banco, promovendo a educação financeira entre os mais jovens, em várias escolas do país.

Moza Banco também participou activamente em feiras e eventos de grande afluência, com o intuito de divulgar os seus produtos e serviços, enfatizando as suas características e benefícios, particularmente dirigidos a segmentos da população de baixa renda, estudantes e residentes de zonas rurais.

Paralelamente, o Moza Banco organizou um “Seminário de Jornalismo sobre o Mercado Financeiro”, congregando especialistas do Banco e jornalistas de diversos meios de comunicação nacionais. O objectivo principal desta capacitação foi dotar os profissionais da comunicação social de ferramentas analíticas avançadas para uma interpretação mais precisa dos relatórios e cenários económico-financeiros do país, contribuindo decisivamente para uma sociedade mais informada e consciente nas suas decisões financeiras.

5.1.2. Empreendedorismo e desenvolvimento empresarial

No domínio do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, o Moza Banco, em 2023, aliou-se à Associação MUVA na implementação do programa REALIZA. Este projecto teve como objectivo apoiar aproximadamente mil e cinquenta empreendedoras nas cidades de Maputo, Beira e Nampula, visando o aprimoramento dos seus negócios, evidenciando o compromisso do Banco com o fortalecimento do empreendedorismo feminino em Moçambique.

5.1.3. Cultura, Literatura e Desporto

O Moza Banco patrocinou diversas iniciativas culturais e desportivas, incluindo o apoio ao Grupo Desportivo de Maputo (GDM), destacando a importância do desporto na formação da personalidade e na inclusão social. Além disso, o Banco patrocinou a judoca moçambicana Jacira Ferreira, apoiando a sua participação em competições internacionais como parte da sua preparação para os Jogos Olímpicos de Paris 2024.

A parceria com a Fundação Fernando Leite Couto permitiu ao Banco apoiar um vasto leque de actividades culturais e literárias, incluindo o Prémio Literário Fernando Leite Couto e a publicação de obras literárias de renomados autores moçambicanos, promovendo assim a cultura e a literatura no país.

5.1.4. Solidariedade

Em 2023, o Moza Banco reafirmou o seu compromisso com a solidariedade, uma característica fundamental da sua identidade institucional. O Banco concretizou este compromisso através de várias acções de apoio a comunidades e instituições sociais em Moçambique.

Entre as principais iniciativas, destacaram-se as doações a vítimas de inundações na província de Maputo e o apoio ao Centro Religioso de Acolhimento de Betel em Nampula, que assiste grupos vulneráveis, incluindo crianças e idosos. Além disso, o Moza Banco contribuiu para a reconstrução da Capela Beato José Bakanja em Sofala, destruída pelo Ciclone IDAI, e apoiou a reabilitação da Associação REMAR MOÇAMBIQUE, focada em ajudar pessoas marginalizadas. Também foram realizadas doações de material escolar, alimentos e outros itens essenciais à Escola Santa Luísa de Marillac em Gaza e ao Orfanato Criança Esperança em Pemba, demonstrando o espírito solidário e de doação do Moza Banco e seus colaboradores.

5.2. Patrocínios e Apoios

1. Conferência Nacional sobre Educação de Qualidade: Este apoio reflecte um investimento na melhoria da educação, um pilar fundamental para o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

2. Patrocínio ao Fundo de Estradas para a 20ª Assembleia Geral da ARMFA: Apoiamos este importante encontro continental focado no fortalecimento de redes e partilha de melhores práticas no financiamento e manutenção de estradas em África.

3. 1ª Edição da “Índia-Moçambique Expo & Conference”: Patrocínamos a 1ª edição deste evento, que promoveu a união de culturas através do comércio, fortalecendo as relações comerciais e culturais entre os dois países.

4. Conferência Internacional do Sector Bancário, Financeiro e de Seguros: O patrocínio deste fórum destaca o envolvimento activo do Moza Banco no diálogo e na evolução do sector financeiro, particularmente em áreas críticas como a digitalização e a inclusão financeira.

5. MasterClass com o tema “Liderança da prática”: Apoiamos esta iniciativa da Executive Academy, que proporcionou debates enriquecedores com especialistas em diversas áreas.

6. Lançamento da Colectânea de Legislação Financeira de Moçambique: Apoiamos a publicação deste documento essencial para o sector financeiro, incluindo Banca, Seguros e Valores Mobiliários;

7. Apoio as festividades de vários Distritos do País, no âmbito da sua elevação à categoria de Vilas.

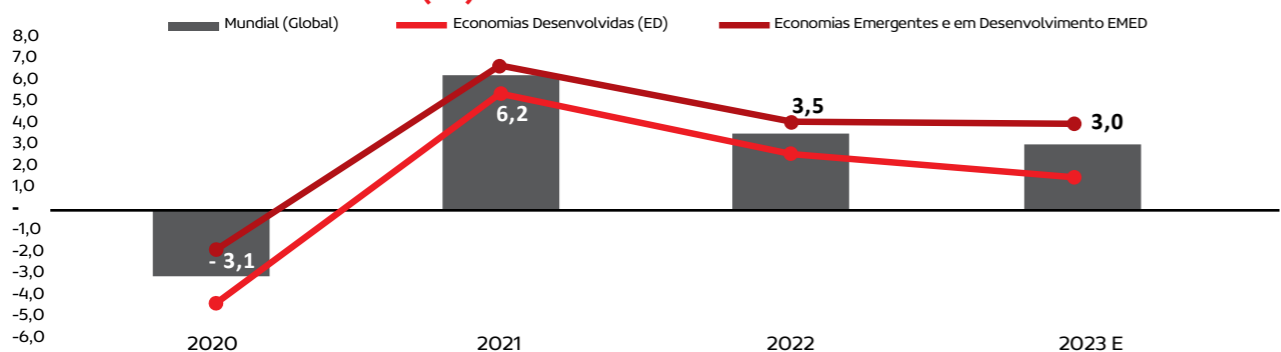
6. Enquadramento Macroeconómico

6.1 Economia Internacional

Crescimento Económico

Em 2023, a economia mundial enfrentou um abrandamento, com o crescimento a descer para 3,0%, abaixo dos 3,5% de 2022. Este fenómeno resultou de uma série de choques externos como a pandemia da COVID-19, o conflito Rússia-Ucrânia, e a escalada da inflação que levou a um endurecimento das políticas monetárias a nível global. Riscos adicionais incluíram a tensão no Médio Oriente, o apertar das condições de crédito e o aumento dos custos de empréstimos, o que impactou negativamente tanto a economia mundial quanto as finanças públicas dos países mais vulneráveis.

Crescimento Económico Global (%)

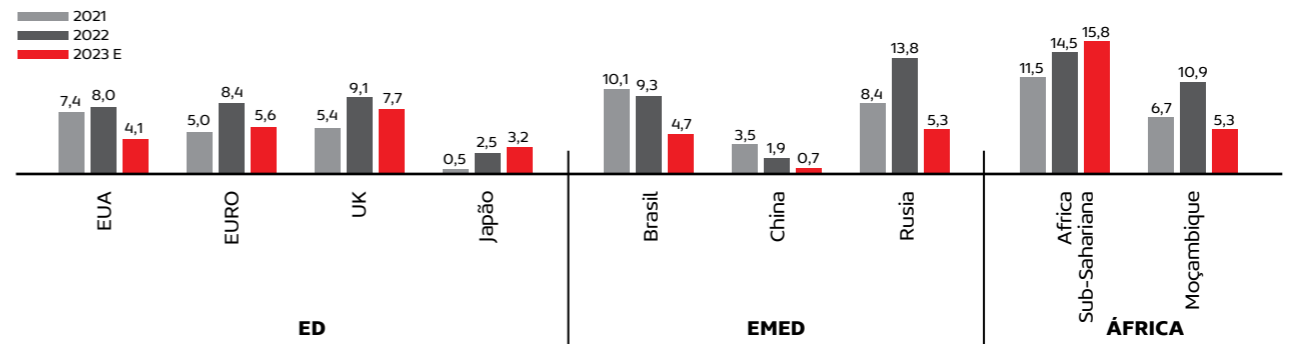


Nota: E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2023

Evolução da Inflação

A taxa de inflação global em 2023 abrandou comparativamente ao máximo de 2022, mas continuou a superar os objectivos em muitas das principais economias. A inflação global fixou-se em torno dos 5,9%, com variações regionais significativas. As economias desenvolvidas registaram uma desaceleração mais acentuada da inflação comparativamente aos mercados emergentes e em desenvolvimento.

Inflação %

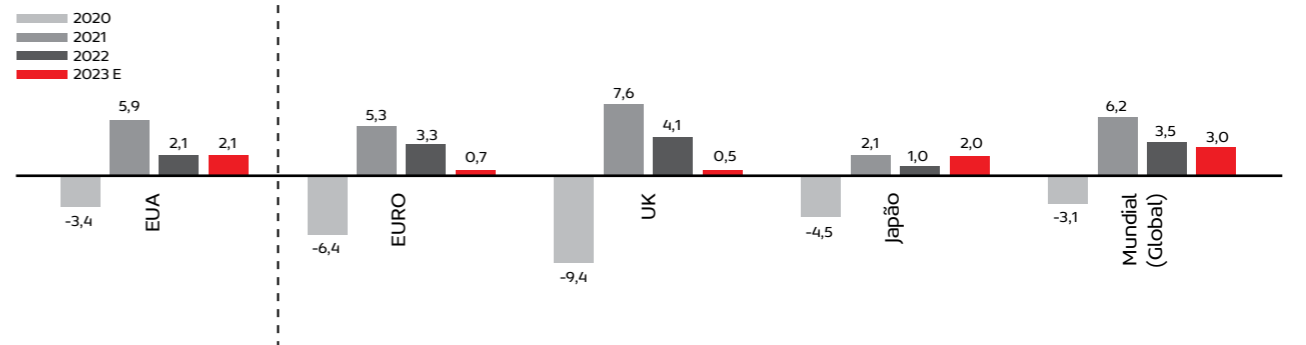


Nota: INE - índice de preços ao consumidor, Dezembro 2023, E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook Out, 2023

Economias Desenvolvidas

O abrandamento económico foi particularmente notável nas economias desenvolvidas, passando de 2,6% em 2022 para 1,5% em 2023. Nos EUA, o crescimento económico manteve-se resiliente, apoiado por um consumo robusto e um mercado de trabalho sólido. Na Zona Euro, o crescimento diminuiu significativamente, influenciado pelo encarecimento dos preços da energia e pela diminuição da procura externa. No Reino Unido, o crescimento reduziu-se drasticamente devido às políticas monetárias restritivas e aos persistentes efeitos negativos dos altos preços da energia.

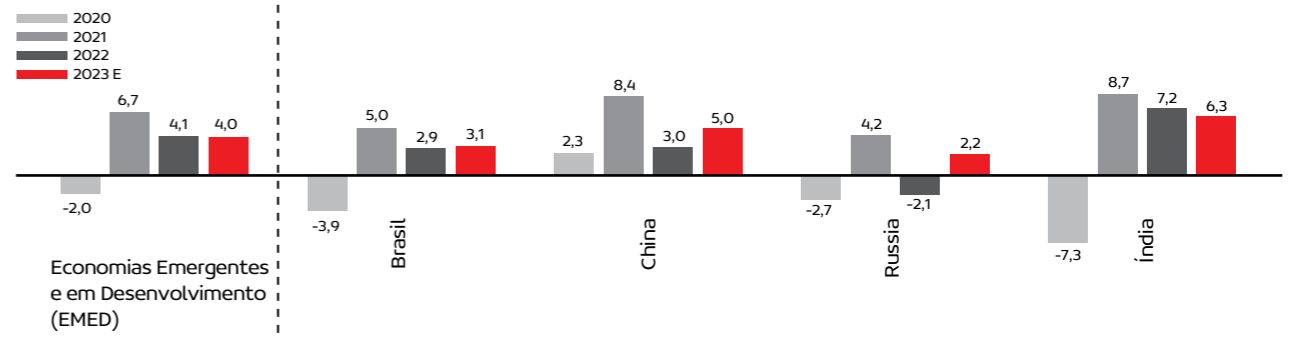
Crescimento Económico das Economias Desenvolvidas %



Economias Emergentes e em Desenvolvimento

As economias emergentes e em desenvolvimento sentiram o impacto da reduzida procura de bens por parte das economias avançadas, bem como do aumento das taxas de juro. A China, em particular, registou um crescimento acelerado no início de 2023, seguido de uma desaceleração no segundo semestre, em grande parte devido à recessão no sector imobiliário. Prevê-se que o crescimento nestas economias se situe em 4,0% em 2023, uma ligeira redução em relação aos 4,1% de 2022.

Crescimento Económico das Economias Emergentes e em Desenvolvimento %

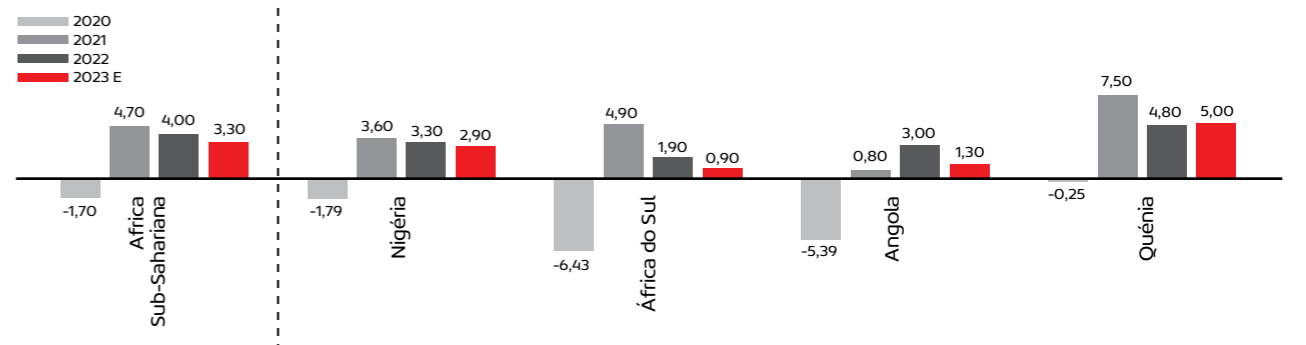


Nota: EMED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento, E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2023

6.2 Economia Regional

O ano de 2023 foi marcado por desafios significativos na economia global e regional, impactando directamente a actividade económica da região Subsaariana. Factores como elevados custos de produção na Nigéria, crises energéticas na África do Sul, redução dos preços globais dos metais e conflitos intensos em países como Sudão, Chade e Níger contribuíram para um abrandamento generalizado. Este cenário foi agravado pela redução da procura externa e medidas de aperto monetário, visando combater a inflação persistente. Consequentemente, as três maiores economias da região - Nigéria, África do Sul e Angola - viram o seu crescimento económico abrandar para uma média anual de 1,8%, enquanto nos outros países o crescimento desacelerou para 3,9%. Globalmente, o crescimento na África Subsaariana situou-se em torno de 3,3%.

PIB das Maiores Economias da África Subsaariana %



Fonte: FMI - World Economic Outlook, October 2023

Commodities

No que diz respeito às *commodities*, 2023 foi um ano de volatilidade e redução geral nos preços, embora estes se mantivessem acima dos níveis pré-pandémicos. O petróleo bruto, em particular, teve um preço médio de \$83/bbl, influenciado por vários factores, incluindo a moderação na procura por parte da China e uma política monetária mais restritiva em muitas das principais economias. Notavelmente, houve um declínio anual nos preços do Brent e do WTI, assim como uma redução significativa nos preços do carvão e do gás natural. Esta última deveu-se à gestão eficaz de stocks e à produção recorde que ultrapassou o consumo.

No mercado dos metais, observou-se uma queda de 10% nos preços devido à fraca procura, especialmente da China. O alumínio, por exemplo, registou uma redução anual de cerca de 9,1% no seu preço. Por outro lado, o ouro destacou-se com um aumento anual recorde de 12,7%, reflectindo as mudanças na política monetária dos bancos centrais, as tensões geopolíticas e as variações nas taxas de juro.

Quanto aos alimentos, 2023 testemunhou uma desaceleração geral nos preços. O Índice de Preços dos Alimentos da FAO caiu aproximadamente 10%, devido principalmente à queda nos preços de óleos vegetais, cereais, produtos lácteos e carne. Esta tendência foi influenciada pela robusta oferta de produtos alimentares e condições climáticas favoráveis, que ajudaram a mitigar as preocupações com a inflação global de alimentos.

Evolução dos Preços das Commodities (2021-2023)

| Commodities | Real | | | Anual (%) | |
|-----------------------------------|---------|---------|---------|-----------|--------|
| | Dez-21 | Dez-22 | Dez-23 | Dez-22 | Dez-23 |
| Petróleo Bruto Brent (USD/Barril) | 74,3 | 80,9 | 77,9 | 9% | -4% |
| Petróleo Bruto WTI (USD/Barril) | 71,5 | 76,5 | 72,1 | 7% | -6% |
| Alumínio (USD/MT) | 2 695,5 | 2 401,7 | 2 182,4 | -11% | -9% |
| Ouro (USD/Onça) | 1 790,4 | 1 797,6 | 2 026,2 | 0% | 13% |
| Gas (USD/Milhões de UTB) | 3,7 | 5,5 | 2,5 | 47% | -54% |
| Carvão Termico (USD/MT) | 142,5 | 326,2 | - | 129% | -100% |
| Milho (USD/MT) | 264,5 | 302,3 | 206,5 | 14% | -32% |
| Trigo (USD/MT) | 327,8 | 386,3 | 291,1 | 18% | -25% |
| Arroz (USD/MT) | 400,0 | 467,0 | 644,0 | 17% | 38% |
| Açúcar (USD/Kg) | 0,8 | 0,8 | 0,9 | -1% | 10% |
| Algodão (USD/Kg) | 2,6 | 2,2 | 2,0 | -16% | -10% |
| Tabaco (USD/MT) | 4 182,2 | 4 399,3 | 4 394,2 | 5% | 0% |

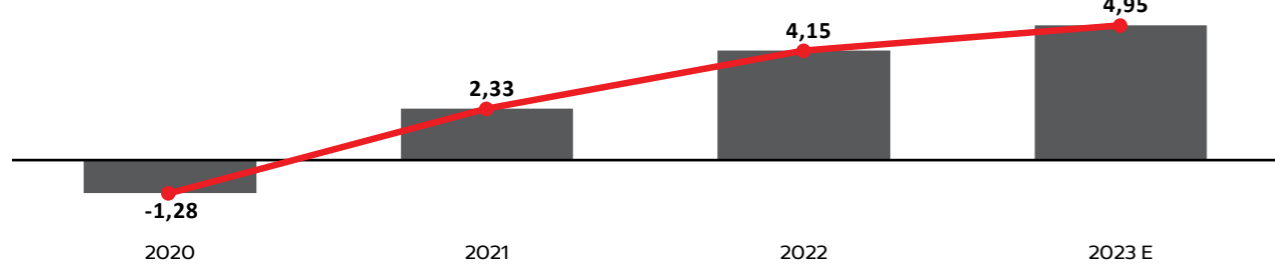
Nota: Preços baseado em médias anuais
Fonte: Banco Mundial - Commodity Price Data, January 2023

6.3 Economia Nacional

Evolução do PIB

Em 2023, a economia nacional continuou a sua trajetória de recuperação, impulsionada principalmente pela melhoria da procura externa de commodities energéticas, como carvão e gás natural. Apesar da queda dos preços destas mercadorias no mercado internacional, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu consistentemente, registando aumentos de 4,2%, 4,7% e 4,9% nos três primeiros trimestres do ano, totalizando um crescimento acumulado de 4,9%. Este avanço reflecte-se sobretudo no desempenho do sector primário, destacando-se a indústria de extracção mineira. O sector terciário, com ênfase nos serviços financeiros, também demonstrou um bom desempenho. A agricultura e actividades relacionadas continuam a ser a maior contribuinte para o PIB, representando 22,9%.

Evolução do PIB - Moçambique %



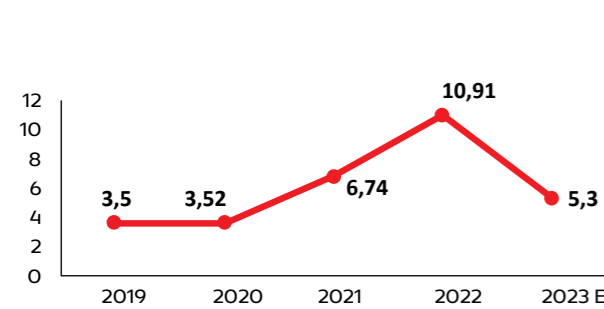
Inflação

A inflação em 2023 seguiu uma tendência de desaceleração, decrescendo de 10,91% em Dezembro de 2022 para 5,30% em Dezembro de 2023. Este comportamento deve-se à estabilidade cambial, à redução dos preços internacionais de algumas commodities e as medidas monetárias restritivas iniciado em 2021. A inflação média anual fixou-se em 7,13%, abaixo da meta governamental de 11,5%.

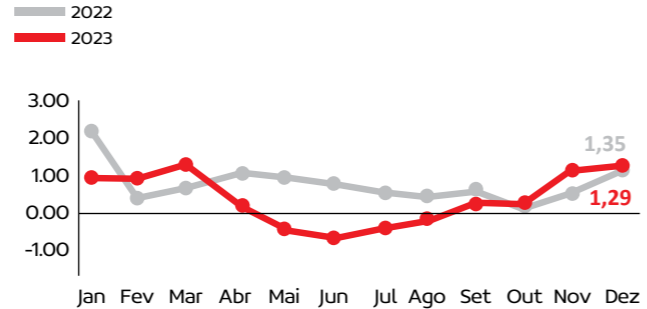
A inflação atingida em Dezembro de 2023, posiciona os níveis de inflação em linha com o objectivo do Banco de Moçambique (níveis de inflação abaixo de 10%).

A inflação média anual de 7,13% mantém-se abaixo da meta definida pelo Governo para 2023 (11,5%) através do seu Plano Economico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2023.

Evolução Inflação Anual (%)



Evolução Inflação Mensal (%)



Nota: E - Estimativa
Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2023

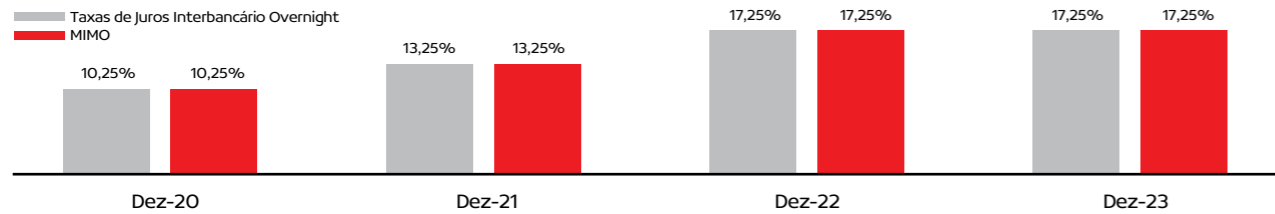
Mercado Monetário

Durante o primeiro semestre de 2023, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu implementar uma política monetária ainda mais restritiva. Esta medida caracterizou-se pelo aumento dos coeficientes de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional e estrangeira, fixando-os em 39% e 39,5%, respectivamente, com vista a absorver a liquidez excessiva no sistema bancário.

Contudo, manteve-se inalterada ao longo de 2023 a Taxa de Juro de Política Monetária em 17,25%, derivada do comportamento de desaceleração da inflação, não obstante a permanência de riscos associados às projecções de inflação com destaque para o conflito no Médio Oriente.

A Prime Rate do Sistema Financeiro aumentou em 150 pb no período de análise, fixando-se em 24,10%, reflectindo o ajuste em alta dos coeficientes de RO's, assim como o aumento do volume de crédito mal-parado no mercado, o que agravou o Prémio de Custo.

Taxas - MIMO & Mercado Monetário Interbancário

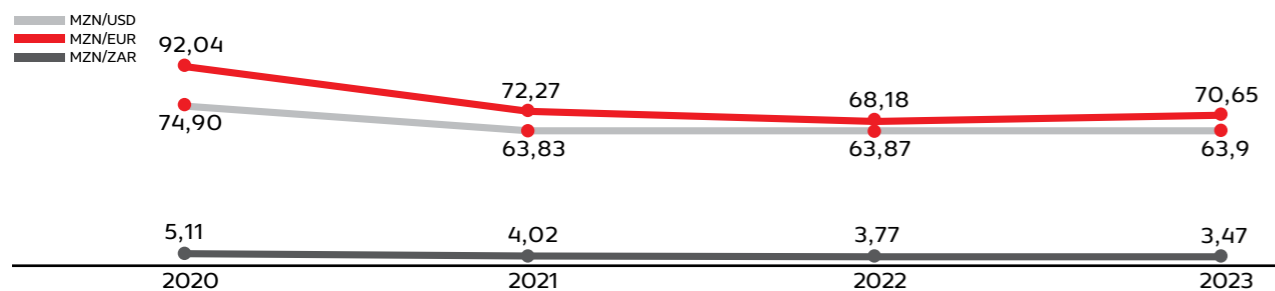


Fonte: Banco de Moçambique, Dezembro 2023

Mercado Cambial

O metical manteve a estabilidade face ao dólar ao longo de 2023, com uma ligeira depreciação no final do ano. A cotação fechou em USD/MZN 63,90, influenciada por uma postura conservadora no mercado cambial e pelo aumento da produção e exportação no sector extractivo. Em termos anuais, o metical depreciou-se ligeiramente em 0,05% contra o dólar e apreciou-se face ao rand sul-africano em 8,0%, e depreciou-se em 3,6% face ao Euro.

Taxa de Câmbio do Metical



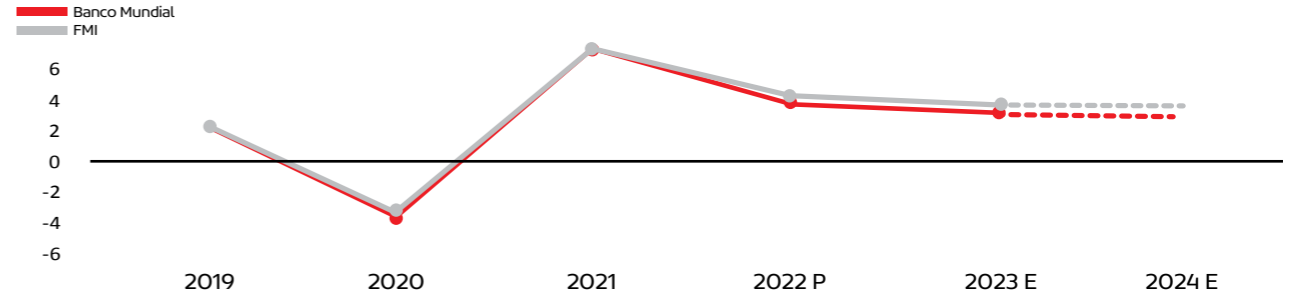
6.4 Perspectivas Económicas para 2024

a) Economia Global

Segundo o Fundo Monetário Internacional, antecipa-se que a economia mundial cresça 3,0% em 2024, marcando um decréscimo relativamente aos 3,5% de 2023. Este abrandamento sucessivo resulta de vários factores:

- 1. Impacto das Medidas dos Bancos Centrais:** O aumento das taxas de referência por bancos centrais, uma estratégia para combater a inflação, tem influenciado significativamente a desaceleração económica.
- 2. Desempenho Económico da China:** A economia chinesa apresentou um desempenho abaixo do esperado, afectado pela persistente fragilidade do sector imobiliário e a reduzida procura externa.
- 3. Influências Externas:** As disrupções nos mercados energéticos e alimentares, devidas ao conflito na Ucrânia, e o aperto monetário global para enfrentar a alta inflação, bem como tensões geopolíticas no Médio Oriente, têm contribuído para o abrandamento global, embora não se preveja estagnação. No entanto, a recuperação plena aos níveis pré-pandemia parece cada vez mais distante, especialmente para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

PIB da Economia Global (%)



Nota: E - Estimativa, P - Projecção
Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2023
 FMI - World Economic Outlook, January 2023

O Fundo Monetário Internacional considera que a evolução do desempenho económico esta assente em três forças globais:

- 1. O Recuperação do Sector de Serviços:** Entre 2022 e 2023, houve uma recuperação neste sector, impulsionando economias focadas em serviços como o turismo. Contudo, esta tendência está a abrandar, o que pode levar a uma desaceleração na actividade económica desses países.
- 2. Política Monetária Restritiva:** Apesar de eficaz no combate à inflação, as condições de crédito mais restritivas estão a afectar negativamente os mercados imobiliários, o investimento e a actividade económica.
- 3. Inflação e Matérias-Primas:** A inflação, influenciada pelos choques nos preços das matérias-primas, tem sido particularmente desafiante para as economias dependentes de importações energéticas da Rússia, resultando em índices de preços mais elevados e um abrandamento mais pronunciado.

Adicionalmente, o conflito no Médio Oriente surge como um risco significativo para a economia global, a inflação e a segurança alimentar. Uma escalada deste conflito pode desestabilizar os mercados energéticos globais, com impactos adversos nos preços de certas matérias-primas.

b) Economia Nacional

Prevê-se um crescimento da economia moçambicana para os anos de 2024 a 2026. Este crescimento será impulsionado pelo desempenho positivo dos sectores económicos e sociais, bem como pela exportação de gás natural do Projecto Coral Sul na Área 4 da Bacia do Rovuma. O suporte do Fundo Monetário Internacional ao Governo de Moçambique em reformas e gestão de políticas macroeconómicas também contribuirá para este crescimento, juntamente com o aumento da produção mineira, nomeadamente de carvão e alumínio, impulsionada pela procura internacional.

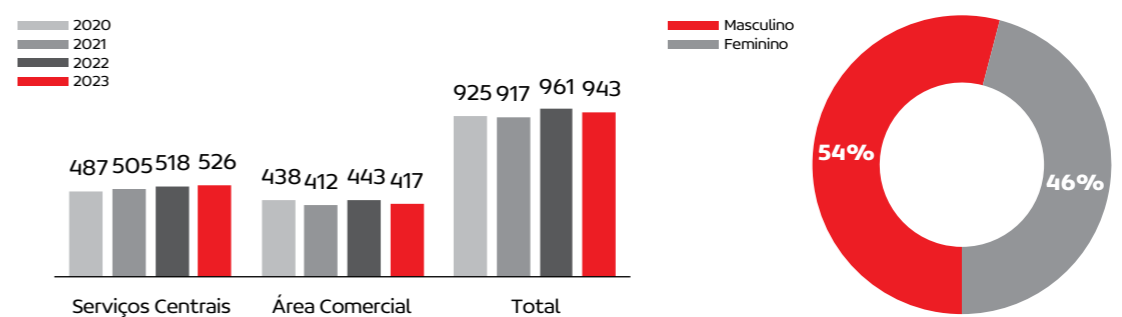
Estima-se que a inflação se mantenha controlada e abaixo de 10%, reflectindo a redução dos preços dos alimentos e combustíveis nos mercados internacionais. No entanto, existe uma tendência de queda no preço da commodity petróleo Brent, conforme reportado pelo Banco Mundial em seu Commodity Markets Outlook de Outubro de 2023.

No médio prazo, antecipa-se um alívio da rigidez monetária, com a possibilidade de redução da Taxa MIMO entre 100 a 200 pontos base em 2024. Esta previsão baseia-se na manutenção da inflação em um dígito, apesar dos riscos associados a choques climáticos e ao conflito no Médio Oriente. O crédito à economia, que se mostrou contido em 2023 devido à alta taxa de juro de empréstimo, deverá crescer nos próximos anos, impulsionado pelo desempenho económico e pela potencial flexibilização da política monetária.

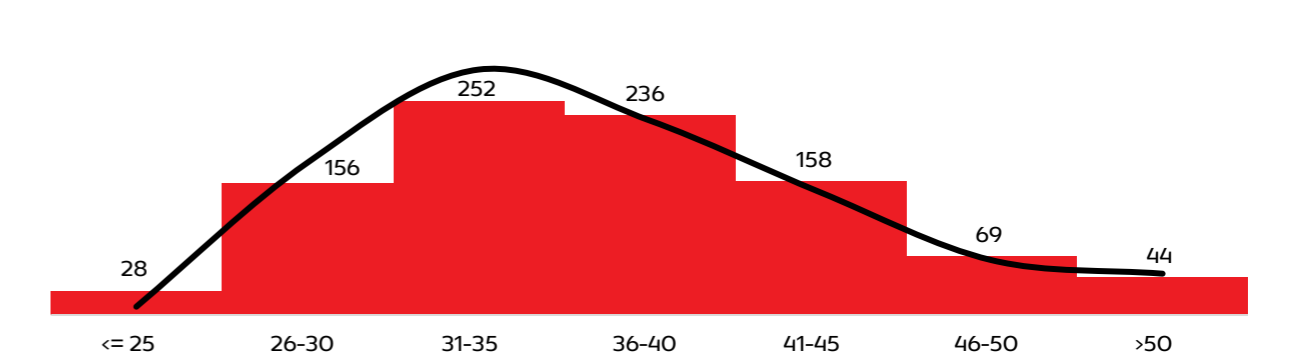
7. Actividades de Suporte ao Negócio

7.1 Gestão de Recursos Humanos

Em 2023, o Banco registou uma ligeira redução de 2% no seu quadro de pessoal, reflectindo a normal dinâmica e ajuste contínuo da nossa força de trabalho para alinhar com as estratégias organizacionais.



A composição de género no Banco manteve-se estável em comparação com o período homólogo, evidenciando o compromisso com o princípio de equilíbrio e igualdade de oportunidades entre os géneros na política de captação e retenção de Capital Humano.



O Moza Banco mantém um quadro com colaboradores maioritariamente jovens, com uma média de idade de 36 anos. As faixas etárias de 31-35 e 36-40, agregam cumulativamente 52% dos colaboradores.

Formação

No decorrer do último ano, o Moza Banco reforçou significativamente o seu investimento na formação digital, expandindo o acesso a uma vasta gama de cursos disponibilizados tanto em plataformas internas quanto externas. Esta estratégia, complementada pela combinação de sessões presenciais, visando assegurar uma experiência de aprendizagem completa e adaptada às necessidades específicas de cada colaborador. Tal abordagem permite ao Banco oferecer uma oferta formativa mais rica e acessível, fomentando a evolução contínua dos colaboradores em diversas áreas de competência, reafirmando o compromisso do Banco com o desenvolvimento profissional e pessoal da sua equipa.

Deste modo, o Banco assegurou a realização de 161 acções de formação, que totalizaram 7.314 horas e contaram com 2.504 participações. Estas acções foram direccionadas para o cumprimento das orientações estratégicas, abrangendo áreas como a promoção da otimização e racionalização de custos, governança de dados, conformidade regulamentar (incluindo a Gestão de Risco Operacional e o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo), aprimoramento de habilidades em aplicações e processos, ética e conduta, gestão de conflitos de interesse, tratamento de denúncias, bem como o alinhamento e integração de novos colaboradores.

É de salientar a contínua aposta do Moza Banco nos seus formadores internos, que têm assumido, de forma crescente, um papel mais preponderante na orientação de uma parte significativa destas acções de formação. Esta estratégia combina a experiência e o profundo conhecimento dos formadores acerca das necessidades do Banco com a qualidade e a aplicabilidade desejáveis dos conhecimentos transmitidos.

Revisão de Normativos

O Moza Banco procedeu à revisão de diversas políticas e normativos, incluindo a Política de Compensação e Benefícios, entre outros normativos, reafirmando o seu compromisso com o bem-estar e a satisfação dos colaboradores, bem como com a actualização dos seus normativos, de modo a reflectir as melhores práticas actuais.

Em 2023, o Moza Banco actualizou seus produtos de Crédito à Habitação e Crédito ao Consumo, visando oferecer melhores condições aos seus colaboradores. Estas actualizações incluem a implementação de condições mais vantajosas em termos de taxas de juro e flexibilização das opções de financiamento. Adicionalmente, o Banco estabeleceu parcerias estratégicas para otimizar a oferta de serviços, alinhando-se com as práticas de mercado actuais e buscando proporcionar benefícios directos aos seus colaboradores.

Adicionalmente, o Banco reforçou a política de férias e ausências que beneficiam os colaboradores, reflectindo o compromisso da instituição com a harmonia entre a vida profissional e pessoal. Entre estas iniciativas, destacam-se a concessão de um dia de folga no aniversário de cada colaborador, a atribuição de dias adicionais para assuntos pessoais e uma extensão da licença de paternidade, superando o período estipulado pela nova Lei do Trabalho.

Acções de Natureza Social

A actuação do Moza Banco na abordagem de temas relacionados com a gestão de pessoas vai além da dimensão técnica tradicionalmente associada a esta área, envolvendo também a sensibilização dos colaboradores para uma variedade de questões sociais. Entre estas, incluem-se temas relevantes relacionados com a Saúde, Bem-Estar e Cidadania.

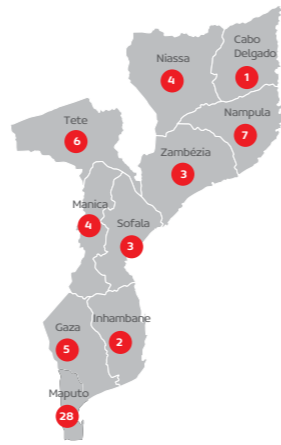
Neste sentido, o Banco dedicou-se activamente ao bem-estar dos seus colaboradores, ampliando as parcerias com entidades de saúde e promovendo uma série de actividades sociais. Estas incluíram a obtenção de condições preferenciais em cuidados de saúde, apoio remoto para colaboradores enfrentando desafios de saúde ou sociais, e a organização de campanhas educativas e de sensibilização focadas em temas vitais como saúde mental, prevenção de doenças e gestão de desafios pessoais.

7.2 Rede de Distribuição

No final do ano de 2023, a rede de distribuição do Moza Banco era composta por um total de 63 Unidades de Negócio, distribuídas da seguinte forma:

- > 60 Agências,
- > 1 Centro Private,
- > 1 Centro Corporate e
- > 1 Centro Institucional.

Neste sentido, a cobertura geográfica do parque de Unidades Negócio Moza apresentava-se distribuído conforme detalhado a seguir:



7.3 Actividade Comercial

Contrariamente às perspectivas iniciais, em 2023, a actividade comercial do Moza foi desenvolvida dentro de um contexto macroeconómico desafiador, influenciado grandemente pelo aumento da taxa de referência das operações de crédito (Prime rate) e reforço das medidas restritivas da política monetária, mormente, aumento do coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional e estrangeira para níveis de 39%, e 39,5%, respectivamente, em comparação com os 10,5% e 11%, registado em 2022.

Embora as adversidades resultantes da conjuntura macroeconómica, o Banco mostrou mais uma vez a sua capacidade de resiliência e de prosperar. Com foco no cliente, reforçamos e consolidamos a nossa oferta, continuando a desenvolver novos produtos e serviços, tanto para os clientes empresas, assim como particulares, evidenciando o nosso compromisso de ser um Banco de referência na relação de proximidade, atenção dedicada e resposta pronta às necessidades dos clientes dos vários segmentos de negócio que o Banco possui: Retail (PMEs e Particulares), Private Banking, Corporate & Investment Banking, e Institucional.

Adicionalmente, destacamos a nossa aposta no sector Agro-negócio, visando apoiar o sector agrícola, fornecendo soluções financeiras adaptadas que contribuem para o desenvolvimento sustentável e o crescimento deste vital sector da economia.

Neste sentido, o Banco empreendeu esforços para enriquecer e diversificar a sua oferta de produtos e serviços, visando responder às necessidades e expectativas em constante evolução dos seus clientes. Através da implementação de soluções e da renovação dos seus meios de pagamento, reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento económico e o bem-estar das famílias e empresas em Moçambique.

7.3.1 Iniciativas da oferta

Na componente da oferta, destacamos o lançamento das seguintes soluções:

a) Solução + PME (Conteúdo Local): Em 2023, o Moza Banco introduziu a Solução + PME, uma oferta especializada para apoiar Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que são fornecedoras de grandes empresas clientes do Banco. Esta solução inclui uma Conta Corrente Caucionada com financiamento mínimo de MZN 500 Mil e condições favoráveis, permitindo financiar até 80% do valor da factura. Adicionalmente, oferece a opção de créditos documentários de importação para fornecedores importadores. Complementarmente, a Conta +Negócios foi desenvolvida para gerir a tesouraria das PME's, proporcionando acesso a serviços financeiros essenciais e vantagens como taxas de juro bonificadas e isenção de comissões de abertura, fortalecendo assim o apoio do Banco ao crescimento das PME's em Moçambique.

b) Crédito Nova Família: O Moza Banco introduziu o "Crédito Nova Família", um produto de crédito desenhado especificamente para clientes particulares. Este crédito proporciona uma solução financeira abrangente para a aquisição de electrodomésticos, mobiliário, financiamento de viagens, despesas de casamento, compra de materiais de construção e educação. Caracteriza-se pelo nível de serviço diferenciado, com possibilidade de desembolso em até 3 dias, e oferece condições atractivas, incluindo um valor máximo de financiamento até MZN 7 milhões e prazos de pagamento flexíveis até 72 meses, atendendo assim às variadas necessidades das famílias moçambicanas.

c) Linha de Financiamento BEI: Linha de financiamento destinada ao apoio a investimento e tesouraria de empresas ou empreendimentos desenvolvidos por PME moçambicanas no geral e por PME geridas por mulheres em vários sectores de actividades.

Esta linha de financiamento têm uma particularidade de incluir a componente de género feminino para empresas que obedecem as condições abaixo indicadas:

- > Empresas em que 51% do capital social é detido por mulheres;
- > Empresas em que 30% da administração é constituída por mulheres;
- > Empresas em que 30% a 50% da sua mão de obra é constituída por mulheres;
- > Empresas cujos produtos e serviços beneficiam o empoderamento feminino.

d) Moza Connect: O Moza Banco disponibiliza o serviço Moza Connect, que permite aos clientes empresariais submeterem ficheiros de transferências directamente do seu sistema informático central para processamento pelo Banco (host-to-host). Este serviço oferece múltiplas vantagens, como a capacidade de processar um número ilimitado de registos por ficheiro e a flexibilidade para submeter vários tipos de transacções em qualquer momento. Entre as operações disponíveis através do Moza Connect estão transferências intrabancárias e interbancárias, transferências para carteiras digitais, carregamento de cartões pré-pagos e envio de extractos, tornando-o uma solução eficaz e versátil para a gestão financeira empresarial.

e) Tecnologia 3D Secure nos Cartões Moza: O Moza Banco incorpora a tecnologia 3D Secure nos seus cartões, um protocolo avançado de segurança para transacções de compras online. Esta tecnologia envolve a verificação da identidade do titular do cartão, através do envio de um código por SMS e/ou e-mail, que é utilizado durante o pagamento em websites participantes do protocolo. Este sistema aumenta significativamente a segurança das transacções online, oferecendo protecção adicional contra fraudes e permitindo a contestação de operações suspeitas.

7.3.2 Resultados obtidos pelas áreas de negócio

Meios e Canais de Pagamento

Em 2023, o Moza Banco realizou avanços significativos na modernização dos seus meios e canais de pagamento. Focando-se em Cartões, POS e ATM, bem como em serviços de interoperabilidade, o Banco integrou com sucesso a nova plataforma de pagamentos da SIMO (Euronet). Este importante desenvolvimento incluiu a transição para equipamentos equipados com tecnologia contactless, melhorando substancialmente a experiência do cliente com esta inovação introduzida já em 2022.

Inicialmente, o processo de integração enfrentou desafios que afectaram temporariamente a experiência do cliente no processo de migração. No entanto, o Moza Banco superou esses obstáculos e efectuou com êxito a transição. Este esforço foi distinguido pelo Banco de Moçambique com a atribuição de um Diploma de Honra, evidenciando o empenho do Moza Banco em proporcionar aos seus clientes soluções de pagamento avançadas, seguras e convenientes.

Cartões electrónicos

O Moza Banco, em 2023 modernizou o seu segmento de negócios de cartões ao transitar para a nova plataforma de pagamentos da SIMO (Euronet), melhorando a oferta de meios de pagamento com tecnologia avançada. A migração completa do parque de cartões electrónicos para a tecnologia contactless, realizada em Maio, marcou um avanço significativo ao alinhar o Banco às práticas internacionais e satisfazer a demanda dos consumidores por transacções rápidas, seguras e sem contacto físico.

POS

Não obstante a redução do parque de POS instalados, em linha com a estratégia de optimização do mesmo, registou-se um crescimento no número e volume de transacções comparativamente ao ano de 2022, com uma variação positiva na ordem de 5%. Este resultado foi alcançado por meio de diversas iniciativas de dinamização comercial, com destaque para a realocação de POS sem transacções para comerciantes com potencial de negócios.

Adicionalmente, em 2023, o Banco adquiriu novos POS, possibilitando a modernização do parque e a adequação à nova plataforma de pagamentos da SIMO (Euronet), visando melhorar a satisfação e a experiência do cliente.

ATM

No ano de 2023, o Moza Banco registou um desempenho positivo no negócio de ATMs, apesar da redução do número de equipamentos. Observou-se um aumento no número e no volume de transacções realizadas através dos ATMs, com um crescimento de cerca de 3% e 7%, respectivamente, em comparação com o ano de 2022.

Este desempenho favorável deve-se, em grande parte, à substituição de equipamentos mais antigos por modelos mais modernos, integrando assim a nova plataforma de pagamentos da SIMO (Euronet). Esta modernização dos ATMs teve como objectivo não só melhorar a satisfação dos clientes, mas também enriquecer a sua experiência com o Banco, evidenciando o empenho do Moza Banco em satisfazer as necessidades dos seus utilizadores.

Canais Digitais

Em 2023, o Banco implementou com sucesso uma estratégia de optimização dos seus canais digitais. Esta abordagem resultou num crescimento significativo do número de clientes a utilizar os Canais USSD/AZAPP e Moza Net (Internet/Mobile Banking), com aumentos de 27% e 19%, respectivamente. Paralelamente, observou-se um incremento de 20% no volume de transacções realizadas por estes canais em relação ao ano anterior.

7.4 Estratégia de Dados

Desde 2014, o Moza Banco tem consolidado a sua estratégia, empreendendo esforços significativos para fomentar uma cultura orientada por dados. No ano de 2023, destacou-se o desenvolvimento de modelos analíticos avançados, sustentados em metodologias científicas rigorosas, que facultam uma compreensão aprofundada do desempenho financeiro e operacional do Banco. Neste contexto, o Banco implementou uma estratégia abrangente para a avaliação da rentabilidade da instituição, culminando no desenvolvimento de um modelo de rentabilidade de agências bancárias.

Foi, igualmente, dada prioridade à automatização na compilação de relatórios prudenciais e regulatórios, com a integração de tecnologias de business intelligence, melhorando substancialmente a eficiência e permitindo que os gestores dediquem mais atenção à análise de informação. O Banco mantém-se fiel aos mais elevados padrões éticos no tratamento de informação, tendo actualizado as suas políticas internas de governança de dados para reforçar a transparência, precisão e conformidade na gestão da informação.

A estratégia do Banco, focada em assegurar uma única fonte e na centralização da informação, tem sido fundamental para a consolidação da cultura de dados. Apoiada por soluções tecnológicas inovadoras e uma estrutura de governança adequada, esta abordagem tem produzido resultados tangíveis, melhorando significativamente os processos de decisão a todos os níveis, incrementando a agilidade operacional e reforçando a posição competitiva do Banco no sector financeiro.

7.5 Compliance, Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

Complementarmente ao foco em garantir um serviço de qualidade ao Cliente, o Banco manteve a prioridade na função de Compliance, assegurando o cumprimento das exigências legais, regulamentares, estatutárias, como também de acompanhar e avaliar os procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, apoiando-se na utilização de ferramentas informáticas adequadas e eficazes e no cumprimento das obrigações de "Know Your Customer", "Know Your Transactions" e "Due Diligence", respectivamente.

No âmbito do processo de suporte e apoio ao País, no processo em curso de acções com vista a retirada de Moçambique da denominada lista cinzenta "grey list", e face a nova legislação atinente a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo, e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, procedeu com a revisão de normativos internos e a divulgação das novas directrizes das leis em questão, com o objectivo de fortalecer as medidas internas no âmbito do processo de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

A conjugação destes e outros factores, permitiu que o Moza Banco melhorasse os processos e sistemas informáticos de acompanhamento e monitorização de clientes de forma adequada à nossa dimensão e complexidade no âmbito das relações de negócio existentes, bem como das novas relações e das operações realizadas como um todo.

Destaca-se à participação do Banco na Reunião do *Eastern & Southern Africa Anti Money Laundering Group* (ESAMLG), referente ao Diálogo do Sector Público-Privado sobre matérias de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, que ocorreu nos dias 8 e 9 de Setembro de 2023, em Kasane - Botswana que permitiu uma partilha de informação e experiência relativamente a estas matérias.

Os princípios basilares referentes a integridade, transparência, honestidade, responsabilidade social e inovação entre o Moza Banco e os seus clientes, também tiveram destaque em 2023 por estarem intrínsecos a cultura organizacional.

Em 2023, o Banco continuou a implementar as suas acções tendentes à consolidação da cultura de compliance e de abordagem baseada no risco (*risk based approach*) focalizando os seus esforços principalmente no (i) reforço das acções de combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, e (ii) implementação do programa de gestão de risco de compliance mediante identificação, classificação e mensuração do Universo Regulatório a que o Banco se encontra exposto, e a monitorização desses riscos e das acções de mitigação dos mesmos.

No intuito de acompanhar os desafios impostos pela regulamentação das Entidades de Supervisão e Regulação, e também de garantir a prevenção ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa, bem como, uma gestão eficaz do Risco de *Compliance* (risco proveniente de violações ou incumprimento de leis, normas, regras, regulações, contratos, práticas prescritas ou standards éticos), no decorrer de 2023, foram realizadas diversas acções para melhorar o controlo regulatório, bem como, a implementação de projectos no sentido do Banco poder estar altura das novas exigências regulamentares e aos standards internacionais, dos quais, destacamos os seguintes:

- > **Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC e FT):** O Moza Banco implementou e reviu diversos processos internos para assegurar uma contínua aderência na detecção e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, seguindo as melhores práticas internacionais.
- > **Reporte às Autoridades:** O Banco cumpriu rigorosamente a sua obrigação legal de comunicação, reportando operações suspeitas e mantendo um desenvolvimento eficaz de informações para comunicações obrigatórias, reforçando a sua transparência e colaboração regulatória.

Foram conduzidas análises pormenorizadas das operações com o estrangeiro, incluindo a avaliação contra listas internacionais e a análise de documentos de suporte, assegurando a conformidade com o FATCA e colaborando com os bancos correspondentes.

- > **Formações Regulamentares:** Foram realizadas formações abrangentes para os colaboradores do Banco, incluindo membros dos Órgãos Sociais, sobre temas fundamentais como a prevenção e detecção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, reforçando a cultura de *compliance* e o conhecimento regulatório.
- > Foram criados e revistos documentos essenciais, como a Matriz Regulatória, e formulários que reflectem os avisos do Banco Central, consolidando as políticas de *compliance* e assegurando a adesão às normas e regulamentos.
- > Em colaboração com diversas direcções chave, foi desenvolvida uma metodologia para avaliação objectiva do risco reputacional e de compliance, enfatizando a abordagem proactiva do Banco na gestão de riscos e na manutenção da sua reputação e conformidade regulatória.

8. Gestão do Risco

8.1 Introdução

A Gestão de Risco no Moza Banco, é considerada um pilar fundamental para responder às incertezas do contexto de mercado em que o Banco actua nos mais variados domínios e que possam por em risco as suas actividades e afectar o seu perfil de risco. Deste modo, o Moza Banco encontra-se permanentemente atento às vulnerabilidades que caracterizam a sua actividade e às potenciais perdas no Capital, Rentabilidade e Liquidez que podem ocorrer, em resultado do impacto de eventos não esperados nas suas actividades ou no seu negócio e nessa perspectiva a Gestão de Riscos assume uma importância acrescida, onde se privilegiam os princípios de boa Governança Corporativa, através da implementação de políticas, processos e procedimentos que respeitem as boas práticas de Gestão de Risco.

A definição, acompanhamento e implementação da política de Gestão de Riscos no Moza Banco, conta com o envolvimento de todas as áreas na Gestão dos Riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração do Banco.

O Moza Banco identifica, mensura, controla e gere os principais riscos de forma que, a sua mitigação seja efectiva e em linha com o seu apetite ao risco, criando parâmetros que permitam um equilíbrio entre o risco assumido e o retorno esperado.

Visando uma melhor combinação entre o risco e os resultados, o Moza Banco actua de forma prudente na gestão dos riscos financeiros e não financeiros, em linha com os regulamentos impostos pela Entidade Reguladora e em harmonia com as melhores práticas internacionais, de onde resultam a concepção de políticas, princípios, procedimentos, metodologias e definição de limites de risco, que conduzem a actividade do Banco para a sua esfera de actuação nos vários segmentos de negócio.

Para assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos e o perfil de risco a que o Banco se encontra exposto, a condução da gestão é efectuada de acordo com o modelo de Gestão de Risco aprovado na Instituição, a partir do qual são identificados os riscos inerentes e potenciais. Este processo de Gestão de Risco inclui a identificação, a medição o controlo e o acompanhamento dos riscos, bem como a determinação do impacto positivo ou negativo desses riscos nos resultados e/ou no capital.

Em 2023, a tipologia de riscos do Moza Banco foi ajustada, tendo sido alargada de 9 para 16 tipologias de risco, nomeadamente: Risco de Crédito; Risco de Liquidez e Financiamento; Risco de Taxa de Juro; Risco Cambial; Risco de Mercado, Risco Imobiliário, Risco de Alavancagem Excessiva, Risco Operacional; Risco Estratégico e Modelo de Negócio; Risco Reputacional; Risco de Compliance; Risco de Conduta, Risco de Modelo, Risco de Governo Interno; Risco de Sustentabilidade Ambiental, Social e Governo e Risco de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nesta taxonomia de riscos, inclui-se o Risco de Concentração, regulado especificamente pelo Banco de Moçambique, através da Circular n.3/SCO/2013 de 31 de Dezembro.

De um modo geral, a gestão de risco é efectuada de forma contínua através de:

- > Adopção de um modelo de Governança, que permite o acompanhamento dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo, através da Comissão de Avaliação de Risco e do Comité de Controlo de Risco;
- > Monitoria contínua do cumprimento do apetite ao Risco aprovado pelo Conselho de Administração;
- > Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites que resultam das boas práticas bancárias e em conformidade com a Regulamentação emanada pelo Banco de Moçambique;
- > Implementação de Sistemas de monitoria e acompanhamento regular da informação de gestão;
- > Actualização da taxonomia de riscos e metodologias de avaliação de processos críticos.

Estrutura de funcionamento da Gestão de Risco

Cabe à Direcção de Gestão de Risco (DGR), a responsabilidade de coordenar a execução dos processos de Identificação, Mensuração, Controlo e Acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco, assim como apoiar na definição e implementação dos controlos que permitam reforçar o ambiente de controlo interno, das áreas de negócio ou áreas de suporte.

Em termos de linhas de reporte e comunicação, a DGR presta suporte e reporte à Comissão de Avaliação de Risco, ao Comité de Controlo de Risco e à Comissão Executiva, em linha com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Avaliação de Risco, que emana do Conselho de Administração, é presidida por um Administrador não Executivo, que dedica especial atenção à gestão de riscos do Banco, com especial enfoque no acompanhamento da evolução dos diferentes riscos e no cumprimento das políticas, regulamentos e limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

O Comité de Controlo de Risco, que emana da Comissão Executiva, reúne mensalmente para monitorar os principais indicadores de risco e avaliar os planos de acção propostos ou desenvolvidos para garantir a melhoria dos indicadores de risco.

8.2 Perfil de Risco do Banco

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os riscos considerados materialmente relevantes que constituem o seu perfil de risco, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio e da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulatórios e legais.

O Moza Banco controla de forma contínua e prudente o seu perfil de risco, assegurando o cumprimento dos limites definidos pelo Conselho de Administração em relação aos riscos materiais associados à sua actividade.

A evolução do sistema financeiro e as constantes transformações tecnológicas obrigam à adopção de técnicas mais sofisticadas de mitigação de risco, consubstanciadas nas boas práticas internacionais e na observância dos princípios

emanados pelo Órgão Regulador do Sistema Bancário. Para o efeito, o Moza Banco procura, de forma constante, dotar-se de ferramentas e procedimentos ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra potencialmente exposta.

Não obstante a responsabilidade pela gestão dos riscos e do cumprimento dos limites de apetite ao Risco ser da DGR, cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade global pela gestão do risco no Banco, exercida através do seu papel de supervisão. Este, por sua vez, delega determinadas responsabilidades de gestão de risco na Comissão de Avaliação de Risco, conforme definido nas políticas internas do Banco.

Principais actividades desenvolvidas e intervenções mais relevantes da Gestão de Risco

Para dar resposta à cada vez mais adverso ambiente macroeconómico e regulatório e visando estar em linha com as melhores práticas, em 2023 o Banco desenvolveu uma série de acções relevantes no âmbito da gestão de risco, das quais se destacam:

- > A implementação do Framework do Sistema de Controlo Interno, bem como a revisão do modelo de Governança de Gestão de Risco do Banco;
- > Revisão da Taxonomia de Riscos do Banco;
- > Implementação do Modelo de Pricing para operações activas, visando otimizar a rentabilidade e a competitividade no mercado;
- > A implementação do Modelo de Retenção de Depósitos no âmbito da gestão do Risco de Liquidez;
- > Actualização dos factores de Risco (PDs, LGDs e BMs) aplicados ao Modelo de Imparidade do Banco, em linha com as melhores práticas internacionais sobre a matéria;
- > Implementação de tecnologias de automação robótica, visando agilizar a gestão de dados, aumentando a eficiência e capacidade de resposta;
- > Desenvolvimento de ferramentas avançadas de business intelligence, proporcionando uma visão mais clara e detalhada dos riscos de crédito, liquidez e mercado;
- > Implementação de Programas de formação abrangentes em matérias relacionadas com riscos, onde foram abordados tópicos essenciais, como gestão de riscos de crédito, mercado e liquidez;
- > Revisão de normas internas relativas à gestão de riscos, bem como a participação em projectos estratégicos, que fortalecem a estrutura organizacional e a capacidade de resposta aos riscos;

Governo da Gestão de Risco e Linhas de Defesa

O Moza Banco adopta o modelo de 3 (três) linhas de defesa, para a gestão dos diferentes riscos, o que garante segregação e transparência sobre as responsabilidades atribuídas a cada uma das partes envolvidas na gestão de risco, desta forma assegura-se que:

1. Na primeira linha de defesa encontram-se as **Unidades de Negócio e as Unidades que geram as exposições aos Riscos** (tomadores de risco), que têm como principais responsabilidades: identificar, acompanhar e mitigar os riscos dos negócios, mantendo os controlos eficientes.
2. Na segunda linha de defesa consideram-se as seguintes Direcções:
 - > **Direcção de Gestão de Risco (DGR)**, que tem como principais funções: assegurar a protecção do capital do Banco, no que se refere à exposição aos riscos de crédito, mercado (taxa de juro e cambial), liquidez e operacional, entre outros, verificando a todo o momento se o nível de risco do Banco, se mantém dentro do apetite ao Risco e limites definidos pelo Conselho de Administração. Colabora com as diferentes Unidades de Negócio a fim de garantir que a primeira linha de defesa (áreas tomadoras de risco) identifica, avalia e reporta os riscos das suas actividades de forma atempada e correcta.
 - > **Direcção de Compliance**, que tem como missão principal assegurar que o Moza Banco cumpra com as suas exigências legais, regulamentares, estatutárias, éticas, de boa conduta e boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, através do controlo e supervisão institucional definido pela entidade reguladora e normativos internos (incluindo questões relacionadas com a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa).
3. Na terceira linha de defesa encontra-se a **Direcção de Auditoria**, responsável por rever, de forma independente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos de negócio, de suporte e/ou de controlo, identificando as áreas de maior risco através da avaliação da eficácia, eficiência e regularidade dos procedimentos implementados nos vários processos do Banco.

9. Análise Financeira

9.1 Nota Introdutória

A actividade económica de 2023 foi caracterizada por um quadro de reforço da política monetária restritiva, reflectido em dois incrementos no coeficiente de reservas obrigatórias. Em Fevereiro, assistiu-se a um crescimento deste coeficiente de 10% para 28.5% em moeda nacional e de 10% para 28% em moeda estrangeira, seguido de um ajustamento adicional em Maio para 39% e 39,5%, respectivamente.

Apesar deste cenário desafiante, a actividade do Moza Banco desenvolveu-se de forma resiliente e prudente, beneficiando da implementação de várias iniciativas alinhadas com os objectivos estratégicos delineados pelo Banco.

Neste contexto, o Banco concluiu o exercício económico de 2023 com um crescimento do Resultado Líquido, que ascendeu a MZN 101,9 milhões sustentado no aumento do Resultado Bruto de Exploração, níveis de liquidez confortáveis e um controlo adequado dos custos operacionais e de investimento.

Em termos dos Recursos de Clientes, em Dezembro de 2023, o Banco registou um incremento de 22,5% ao fixar-se em MZN 43 347,6 milhões, contra os MZN 35 397,4 milhões registados no período transacto. Destaque para captação de aproximadamente MZN 17 500 milhões de novos recursos, evidenciando a confiança dos clientes e satisfazendo as suas expectativas com uma oferta de produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades.

Relativamente, à Carteira de Crédito comparativamente ao ano de 2022 apresentou uma ligeira variação positiva de 1%, fixando-se em MZN 21 934,2 milhões, reflexo de uma abordagem cautelosa na concessão de crédito. Contudo, foram concedidos cerca de MZN 5 200 milhões de novos créditos, demonstrando o compromisso do Moza Banco em apoiar aos agentes económicos em função do seu perfil de risco.

Adicionalmente, o rácio de crédito vencido situou-se em 11,2%, representado uma redução em 4,4 pp, face ao período transacto. Esta redução resulta do aprimoramento da metodologia de recuperação de crédito vencido e de um maior rigor na política de gestão de risco.

Actividade e Resultados

Em 2023, o Banco registou um Resultado Líquido positivo de MZN 101,9 milhões, o que representa um aumento de 13%, face aos MZN 90,1 milhões alcançados em 2022. Este desempenho reflecte o aumento na geração de receitas, fruto do contributo positivo da Margem Complementar, com destaque para o crescimento do volume de operações cambiais e para os Outros Ganhos Operacionais que beneficiaram do aprimoramento na metodologia de recuperação de crédito vencido, e sustentados por uma gestão rigorosa dos custos.

O Activo do Banco totalizou MZN 58 971,8 Milhões, reflectindo um aumento homólogo de 24%, derivado principalmente do aumento de disponibilidades no Banco Central em resultado do aumento do coeficiente de reservas obrigatórias para 39% e 39,5% para moeda nacional e estrangeira respectivamente.

O Passivo do Banco apresentou igualmente um incremento, comparativamente a igual período de 2022, passando de MZN 39 208 Milhões para MZN 49 161 Milhões, em resultado do incremento significativo da carteira de depósitos, bem como do crescimento dos empréstimos obrigacionistas, evidenciando a contínua confiança depositada pelos clientes no Banco.

Em termos de indicadores prudenciais, o Moza Banco destacou-se pela sua prudência e solidez, com o Rácio de Solvabilidade a situar-se em 19,92% e o Rácio de Liquidez em 38,86%, ambos confortavelmente acima dos mínimos regulamentares. Estes indicadores reflectem a robustez e a estabilidade do Banco, reafirmando o seu compromisso com uma gestão prudente e com a sustentabilidade a longo prazo.

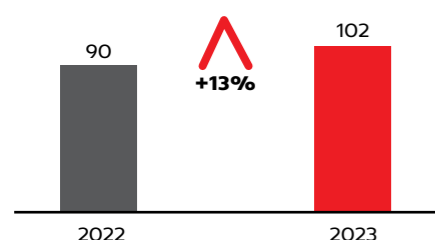
9.2 Análise de Rendibilidade

Resultado Líquido do Exercício

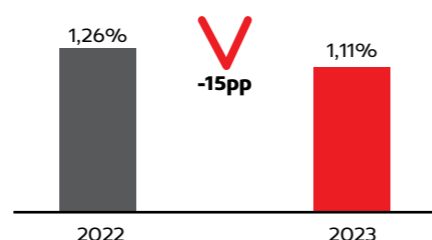
O Resultado Líquido do Moza Banco, fixou-se em MZN 101,9 milhões, um incremento de 13% comparativamente aos MZN 90,1 milhões do período transacto, suportado pela evolução de 40% do Resultado Bruto de Exploração. Esta melhoria deve-se ao impacto positivo do crescimento do volume de operações cambiais, do incremento de proveitos associados à recuperação de crédito vencido, resultante do rigor, compromisso e foco na estratégia de recuperação, e um maior rigor na gestão de custos.

A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) fixou-se em 1,11%, uma ligeira redução de 14 pbs comparativamente aos 1,26% registados no período homólogo, em resultado do reforço de capital em MZN 1 124,5 milhões.

Resultado Líquido do Exercício (Milhares de MZN)



Rendibilidade de Capitais Próprios (em %)



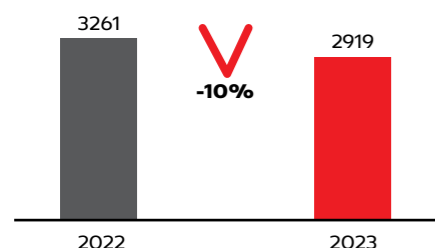
Demonstração de Resultados

| | 2022 | 2023 | Var. |
|--------------------------------------|------------------|------------------|-------------|
| Juros e rendimentos similares | 5 370 712 | 6 017 169 | 12% |
| Juros e gastos similares | -2 110 169 | -3 097 879 | 47% |
| Margem Financeira | 3 260 543 | 2 919 290 | -10% |
| Serviços e comissões líquidas | 573 638 | 575 017 | 0% |
| Operações financeiras líquidas | 285 864 | 389 633 | 36% |
| Produto Bancário | 4 120 045 | 3 883 940 | -6% |
| Gastos com pessoal | -1 773 280 | -2 084 834 | 18% |
| Outros gastos operacionais | -1 158 204 | -1 184 185 | 2% |
| Outros ganhos operacionais | 425 103 | 1 632 289 | 284% |
| Resultado Bruto de Exploração | 1 613 664 | 2 247 210 | 39% |
| Depreciações e Amortizações | -446 546 | -414 434 | -7% |
| Imparidade e Provisões do exercício | -841 103 | -1 406 091 | 67% |
| Resultado Antes do Imposto | 326 015 | 426 685 | 31% |
| Imposto | -235 877 | -324 830 | 38% |
| Resultado Líquido | 90 138 | 101 855 | 13% |

Margem Financeira

Reflectindo a conjuntura de aumento do custo de financiamento, impulsionado essencialmente pelo forte crescimento dos Recursos de Clientes, pela revisão em alta da taxa de juro de referência e pelo incremento das reservas obrigatórias, conduzindo para o aumento do custo da captação de depósitos, paralelamente a uma diminuição dos proveitos provenientes da aplicação em títulos, a margem financeira do exercício registou uma diminuição de 10%, fixando-se em MZN 2 919,3 milhões, face aos MZN 3 260,5 milhões observados em 2022.

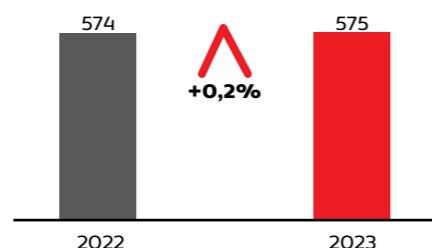
Margem Financeira (Milhões de MZN)



Comissões Líquidas

As comissões líquidas atingiram MZN 575,0 Mio, registando um aumento em 0,2% em comparação com os MZN 573,6 Mio registados no período homólogo. Este aumento foi impulsionado pelo crescimento nas comissões de corretagem e intermediação de títulos, bem como o aumento de transacções nos meios de pagamento (POS e ATM's).

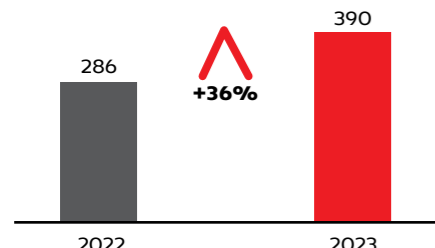
Comissões Líquidas (Milhões de MZN)



Operações Financeiras Líquidas

As operações financeiras líquidas, que agregam os resultados cambiais, evidenciaram um desempenho positivo em 2023, alcançando MZN 389,6 milhões, um aumento de 36% em comparação com os MZN 285,9 milhões observados em Dezembro de 2022. Este progresso advém principalmente do crescimento do volume de operações cambiais, reflectindo a eficácia da estratégia adoptada pelo Banco no âmbito das operações de trade finance.

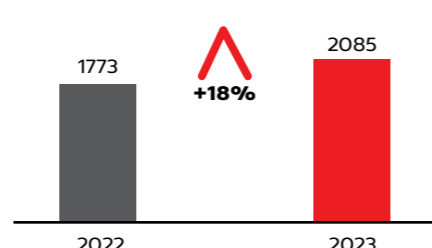
Operações Financeiras Líquidas (Milhões de MZN)



Gastos com Pessoal

Os custos com pessoal registaram um crescimento de 18% em 2023, atingindo MZN 2 084,8 milhões, face aos MZN 1 773,3 milhões verificados no ano anterior. Este incremento reflecte a aposta de investimento na evolução das carreiras profissionais dos nossos Colaboradores, bem como no bem-estar destes, sublinhando o compromisso do Banco com a valorização do desenvolvimento do seu capital humano. Este incremento também resulta do impacto da actualização anual da tabela salarial.

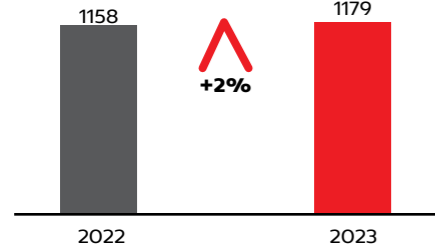
Gastos com Pessoal (Milhões de MZN)



Outros Gastos Operacionais

Os outros gastos operacionais atingiram MZN 1 178,8 milhões, reflectindo um ligeiro aumento de 2% em comparação com os MZN 1 158,2 milhões registados no ano transacto, uma variação abaixo da taxa de inflação média do ano de 2023. Destaque para o aumento de custos associados a sistemas informáticos e a meios de pagamento.

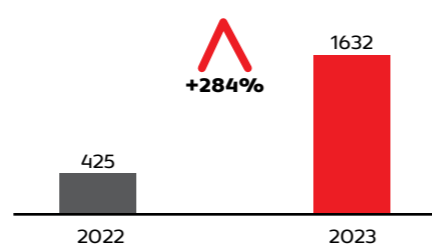
Outros Gastos Operacionais (Milhões de MZN)



Outros Ganhos Operacionais

Durante o exercício económico de 2023, os Outros Ganhos Operacionais apresentam um aumento significativo de MZN 1 207,2 milhões, face ao ano transacto, explicado em grande parte, pela recuperação de crédito de uma operação alvo de saneamento no exercício económico de 2021, devidamente divulgada no respectivo Relatório e Contas.

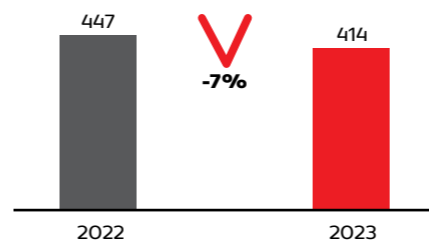
Outros Ganhos Operacionais (Milhões de MZN)



Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações registadas ao longo do exercício evidenciaram uma diminuição de 7% em relação ao ano precedente, alcançando os MZN 414,4 milhões, comparativamente aos MZN 446,5 milhões contabilizados em 2022. Esta redução é resultante, da conclusão do ciclo de vida útil de determinados activos em 2023.

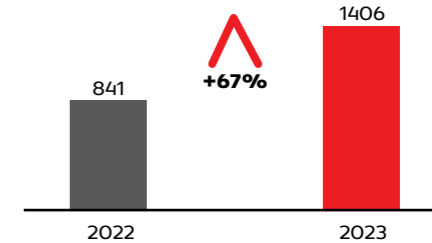
Depreciações e Amortizações (Milhões de MZN)



Imparidades e Provisões do exercício

As dotações para imparidades e provisões registaram um acréscimo de MZN 565 milhões, representando um aumento de 67% em comparação ao período transacto, reflectindo os seguintes factores: i. reforço das imparidades de crédito, com o objectivo de assegurar uma cobertura robusta para as exposições ao risco de crédito e crédito vencido em resultado de uma maior prudência na gestão de risco perante um cenário macroeconómico desafiante; e ii. reforço de Outras Imparidades e Provisões no montante global de cerca de MZN 145 milhões, com vista acautelar possíveis encargos devidamente identificados decorrentes da normal actividade do Banco.

Imparidades e Provisões do exercício (Milhões de MZN)



9.3 Análise do Balanço

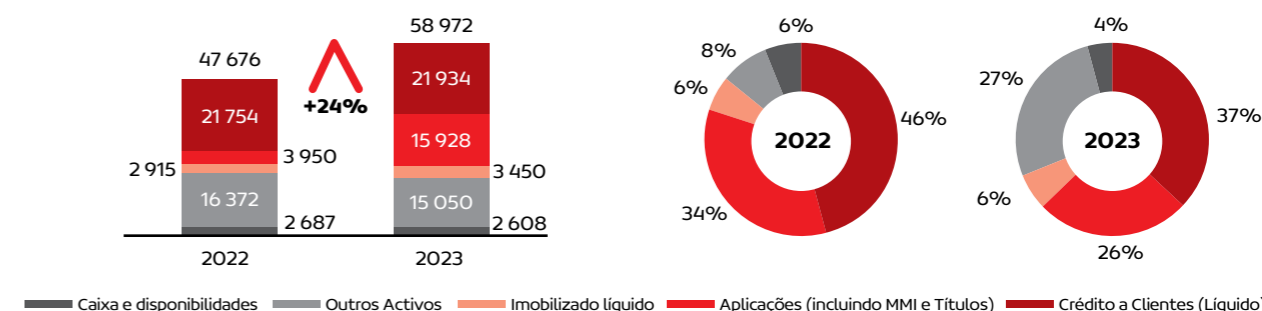
Activo Total

O activo total do Banco ascendeu a MZN 58 971,8 milhões, reflectindo um aumento significativo de 24% em comparação com os MZN 47 676,3 milhões registados no período transacto. Este crescimento deve-se, maioritariamente, ao forte incremento dos recursos de clientes e ao aumento das disponibilidades junto do Banco Central, impulsionado pelo incremento do coeficiente das reservas obrigatórias, fixadas em 39% e 39,5% para moeda nacional e estrangeira, respectivamente.

A dinâmica em 2023, considerando o contexto macroeconómico, conduziu a uma maior apetência do Banco na aplicação do excesso de tesouraria em activos de menor risco, em paralelo com a manutenção de uma liquidez robusta com vista a estabilidade e a sustentabilidade financeira do Banco. Nesse sentido o investimento em títulos registou um crescimento de uma variação de 29% e fixando-se em MZN 12 593,1 milhões. Este crescimento é atribuído à elevada rendibilidade e menor risco que estes activos apresentam.

No que concerne à composição do activo em 2023, observou-se uma alteração na sua estrutura, com a parcela correspondente ao crédito a diminuir a sua proporção, passando a constituir 37% do total do activo, face aos 46% registados em 2022. Esta evolução reflecte o impacto das revisões em alta do coeficiente das Reservas Obrigatórias, que incrementou o peso do Caixa e Disponibilidades, bem como a implementação de uma estratégia de diversificação do portefólio de activos, alinhando-se com os objectivos de Gestão de Risco do Banco.

Estrutura do Activo (Milhões de MZN)



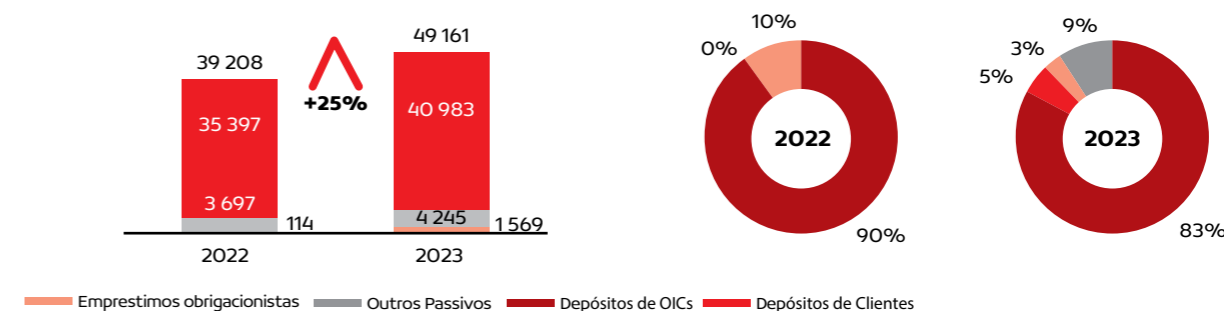
Passivo total

Em 2023, o Passivo total do Banco atingiu MZN 49 161 milhões, representando um acréscimo de 25% em comparação com o ano de 2022, reflectindo, em grande medida, o incremento significativo da carteira de depósitos, bem como ao crescimento dos empréstimos em resultado da emissão de obrigações dirigidas a investidores.

No período em análise, os recursos de clientes mantiveram-se como a principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 88% do total do passivo e atingindo MZN 43 347,6 milhões, o que se traduz num aumento de 22,5% em comparação com 2022. Este resultado reflecte a confiança depositada pelos clientes no Banco.

Os restantes passivos ascenderam a MZN 5 813,4 milhões, em comparação com os MZN 3 810,6 milhões registados no período transacto, sendo que estes incluem os recursos consignados, passivos de locação, impostos correntes e diferidos, bem como outras responsabilidades.

Estrutura do Passivo (Milhões de MZN)

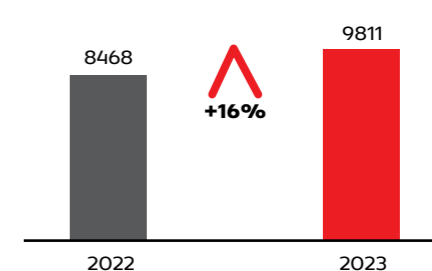


Capitais Próprios

Os capitais próprios alcançaram MZN 9 810,8 milhões, um acréscimo de MZN 1 342,1 milhões face aos 8 468,3 milhões verificados no período transacto. Esta evolução decorre dos seguintes factores:

- > Aumento de capital efectuado pelos acionistas, no valor de MZN 1 124,5 milhões;
- > O registo de resultado líquido positivo do exercício de 2023, no montante de MZN 101,9 milhões;

Capitais Próprios (Milhões de MZN)



Adequação do Capital

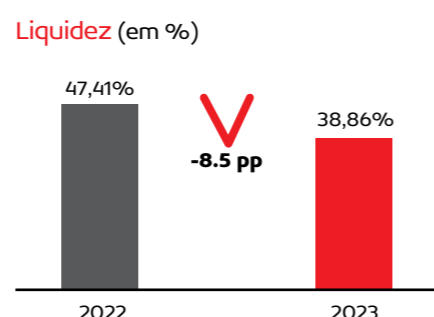
Durante o ano de 2023, o Moza Banco continuou a evidenciar uma situação de solvência adequada, com rácio de solvabilidade situando-se em 19,92%, acima do limite Regulamentar exigido (12,0%), o que permite o desenvolvimento sustentado do negócio.

Adicionalmente, os fundos próprios regulamentares apresentaram um aumento de 3%, face a 2022, situando-se nos níveis de MZN 5 549 Milhões, o que mantém o Banco num nível de solidez confortável.

| | 2022 | 2023 | Var. |
|--|---------------|---------------|----------------|
| (Milhões de Meticais) | | | |
| Total de Fundos Próprios Regulamentares | 5 367 | 5 549 | 3% |
| Fundos Próprios de Base | 6 114 | 6 306 | 3% |
| Fundos Próprios Complementares | 1 | 3 | 139% |
| Outras deduções | -748 | -761 | 2% |
| Activos Ponderados pelo Risco | 23 771 | 27 851 | 17% |
| Rácio Core Capital (Tier I) | 25,72% | 22,64% | -3,1 pp |
| Rácio de solvabilidade | 22,58% | 19,92% | -2,7 pp |

Liquidez

Em 2023, o Moza Banco continuou a promover medidas de gestão tendo em vista a manutenção de uma posição de liquidez robusta, tendo o rácio de liquidez se fixado nos 38,86% (mínimo: 25%). Evidenciando que o Banco mantém uma posição adequada de liquidez, num contexto de uma política monetária restritiva, marcada por incrementos nos coeficientes de Reservas Obrigatórias estabelecidos pelo Banco de Moçambique.



10. Proposta de Aplicação de Resultados

Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2023, gerou resultados positivos após impostos, no valor de MZN 101.855.247 (Cento e um milhões, oitocentos e cinquenta cinco mil, duzentos e quarenta sete meticais). Considerando tal facto, assim como as disposições legais e estatutárias em vigor, vem desta forma o Conselho de Administração do Moza Banco, SA propor, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação do resultado do exercício:

- > 30% do Resultado do exercício económico de 2023, no valor de MZN 30.556.574 (trinta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta quatro meticais) seja aplicado em reservas legais.
- > 70% do Resultado positivo do exercício económico de 2023, no valor de MZN 30.556.574 (trinta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta quatro meticais) seja aplicado em resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima propostos, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

| | Saldo a 31.12.2023 | Proposta | | | Saldo a 31.12.2023 |
|---|--------------------|---------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| | | Reserva Legal | Utilização do Pémio de Emissão | Resultados acumulados (70%) | |
| Capital | 7 020 750 | - | - | - | 7 020 750 |
| Reserva legal | 4 688 884 | 30 557 | - | - | 4 719 441 |
| Prémio de emissão | 1 993 740 | - | - | - | 1 993 740 |
| Reserva de justo valor | (3476) | - | - | - | (3476) |
| Resultados Acumulados dos exercícios anteriores | (3 990 917) | - | - | 71 299 | (3 919 619) |
| Resultados do exercício | 101 855 | - | - | 71 299 | 0,00 |
| | 9 810 836 | - | - | - | 9 810 836 |

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2023, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2024 e vão assinadas em seu nome, por:

Administrador do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2023

| | Notas | 2023 | 2022 |
|--|----------|------------------|------------------|
| (em milhares de Meticais) | | | |
| Juros e rendimentos similares | 6 | 6 017 169 | 5 370 712 |
| Juros e gastos similares | 6 | (3 097 879) | (2 110 169) |
| Margem financeira | 6 | 2 919 290 | 3 260 543 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 7 | 878 198 | 798 250 |
| Encargos com serviços e comissões | 7 | (303 181) | (224 612) |
| Serviços e comissões líquidas | 7 | 575 017 | 573 638 |
| Operações financeiras líquidas | 8 | 389 633 | 285 864 |
| Rendimentos operacionais | | 3 883 940 | 4 120 045 |
| Imparidade líquida do exercício | 9 | 1 172 408 | 773 901 |
| Rendimentos operacionais líquidos | | 2 711 535 | 3 346 144 |
| Gastos com pessoal | 10 | (2 084 834) | (1 773 280) |
| Depreciações e amortizações | 24,25,26 | (414 434) | (446 546) |
| Outros gastos operacionais | 11 | (1 184 185) | (1 158 204) |
| Outros ganhos operacionais | 12 | 1 632 289 | 425 103 |
| Provisões | 13 | 233 686 | 67 202 |
| Resultado antes de imposto | | 426 685 | 326 015 |
| Imposto sobre rendimento | | | |
| IRPC- Taxa liberatória | 15 | (324 830) | (235 877) |
| Lucro/prejuízo do exercício | | 101 855 | 90 138 |
| Resultados por acção | | | |
| Básicos | 16 | 0,07 | 0,08 |
| Diluídos | 16 | 0,07 | 0,08 |

Contabilista Certificado

OCAM n° 888/CC/OCAM/2013

A Administração

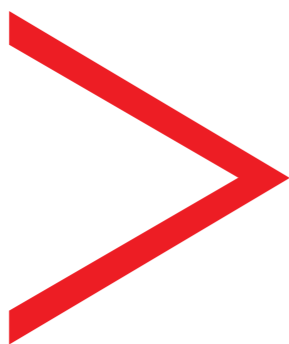
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|-----------------|
| (em milhares de Meticais) | | |
| Lucro do exercício | 101 855 | 90 138 |
| | 101 855 | 90 138 |
| Itens que podem ser posteriormente reclassificados para resultados | | |
| Reserva de justo valor dos activos financeiros | (5 111) | (175 835) |
| Impostos diferidos (32%) | 1 636 | 56 267 |
| | 98 380 | (29 430) |

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

| | Notas | 2023 | 2022 |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| (em milhares de Meticais) | | | |
| Activo | | | |
| Caixa e disponibilidades em Banco Central | 17 | 15 550 870 | 3 469 028 |
| Disponibilidades sobre instituições de crédito | 18 | 377 410 | 480 809 |
| Aplicações em instituições de crédito | 19 | 2 457 392 | 6 591 707 |
| Activos financeiros | 20 | 12 593 053 | 9 779 840 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 21 | 21 934 189 | 21 753 640 |
| Outros activos | 22 | 1 782 696 | 1 132 133 |
| Activos não correntes detidos para venda | 23 | 731 847 | 788 292 |
| Propriedades de Investimento | 24 | 232 279 | 237 705 |
| Activos tangíveis | 25 | 2 291 031 | 2 462 191 |
| Activos intangíveis | 26 | 317 468 | 224 572 |
| Impostos correntes | 27 | 606 941 | 605 181 |
| Impostos diferidos | 14 | 96 635 | 151 267 |
| Total do activo | | 58 971 811 | 47 676 365 |
| PASSIVO | | | |
| Recursos de instituições de crédito | 28 | 1 568 698 | 113 708 |
| Depósitos e contas correntes | 29 | 40 983 484 | 35 397 414 |
| Recursos consignados | 30 | 745 008 | 577 659 |
| Provisões | 31 | 441 155 | 219 124 |
| Outros passivos | 32 | 2 985 949 | 2 794 533 |
| Empréstimos obrigacionistas | 33 | 2 364 083 | - |
| Impostos correntes | 34 | 63 759 | 96 699 |
| Impostos diferidos | 14 | 8 839 | 8 839 |
| Total do passivo | | 49 160 975 | 39 207 976 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital social | 35 | 7 020 750 | 5 896 250 |
| Reserva legal e outras reservas | 36 | 4 685 408 | 4 542 275 |
| Prémio de emissão | 36 | 1 993 740 | 1 993 740 |
| Resultados transitados | 36 | (3 990 917) | (4 054 014) |
| Resultado do exercício | | 101 855 | 90 138 |
| Total do capital próprio | | 9 810 836 | 8 468 389 |
| Total do capital próprio e passivo | | 58 971 811 | 47 676 365 |



iii) Modelo de avaliação empresarial

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido na carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- > as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- > como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- > os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- > como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- > a frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

As actividades da banca de Retalho e de Corporate do Banco incluem principalmente empréstimos a clientes que são detidos para cobrança de cash-flows contratuais. Na banca de Retalho os empréstimos compreendem os destinados à habitação, descobertos, ao consumo sem hipoteca e facilidades de cartão de crédito. As vendas de empréstimos destas carteiras são inexistentes.

Os títulos de dívida são mantidos pelo Banco numa carteira separada para rendimentos de cash-flow ao longo da maturidade dos mesmos. O Banco considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é:

- i) colectar os fluxos de caixa contratuais até à maturidade - enquadram-se nesta classificação os Bilhetes de Tesouro;
- ii) colectar os fluxos de caixa contratuais e de vender - enquadram-se nesta classificação as Obrigações de Tesouro;
- iii) colectar os fluxos de caixa contratuais através de venda - enquadram-se nesta classificação as acções detidas pelo Banco junto a terceiro;

Activos financeiros que são mantidos ou geridos para negociação e cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, considerando que não são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais.

iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. "Juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do capital em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI (Solely payments of principal and interest), o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- > eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- > outros recursos;
- > pré-pagamento e condições de extensão;
- > termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- > recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI (Solely payments of principal and interest), porque a opção pode fazer variar a taxa de juro considerando que a mesma é uma forma de remuneração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente.

c) Reclasseificações

Após o reconhecimento inicial os activos financeiros não são reclassificados, excepto no período após o Banco ter alterado o modelo de negócios para gestão de activos financeiros.

d) Desreconhecimento

i) Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais associados aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não detém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada para a parte do activo desreconhecido) e a soma (i) da contraprestação recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido nos Lucros ou Prejuízos.

Qualquer ganho/perda cumulativo reconhecido em Outro Rendimento Integral em relação a títulos de investimento de capital designados pelo justo valor através de Outro Rendimento Integral não é reconhecido nos lucros ou prejuízos no desreconhecimento desses títulos. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualifiquem para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou de uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimo de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a um terceiro com uma taxa de retorno total concorrente nos activos transferidos, a transacção é contabilizada como uma transacção de financiamento garantido semelhante a transacções de venda e recompra, considerando que o Banco retém todos ou substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade de tais activos.

Em transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro e retém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão ao qual está exposto a alterações no valor do activo transferido.

Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de serviço se a taxa de serviço for mais do que adequada (activo) ou for menos que adequada (passivo) para a execução do serviço.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas, ou quando expiram.

e) Modificações de activos e passivos financeiros

i) Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados vencidos. Nesse caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis.

Quaisquer honorários pagos como parte da modificação são contabilizados como se segue:

- > custos que são considerados na determinação do justo valor do novo activo e os custos que representam o reembolso de custos de transacção elegíveis são incluídos na mensuração inicial do activo; e
- > outros custos são incluídos nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda do desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário estiver com dificuldades financeiras, o objectivo da modificação é geralmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco pretender modificar um activo financeiro de uma maneira que resultaria em perdão dos fluxos de caixa, o Banco considera inicialmente se uma parte do activo deve ser abatido antes que a modificação ocorra (vide abaixo a política de abates). Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são geralmente satisfeitos nesses casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou Justo Valor através de Outro Rendimento Integral não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Banco recalcula inicialmente a quantia escriturada bruta do activo financeiro utilizando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como ganho ou perda de modificação nos lucros ou prejuízos. Para activos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda de modificação é ajustada para reflectir os termos actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados pelo prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se tal modificação é efectuada devido a dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou custo é apresentado em conjunto com os custos de imparidade. Noutros casos, é apresentado como proveitos dos juros calculados através do uso do método da taxa de juro efectiva.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se houver, e assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado pelo desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou a perda resultante é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Para os passivos financeiros com taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda da modificação é ajustada para reflectir as condições actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridas são reconhecidas como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizado durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado pelo novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

iii) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados líquidos apenas quando as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) o permitirem, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

f) Mensuração do justo valor

"Justo Valor" é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para liquidar um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração do principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de não desempenho.

Quando um activo está disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado "activo" se as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Se não houver preço cotado num mercado activo, o Banco usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao estabelecer o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção, ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer "inputs" não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base adequada ao longo da vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, então o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos financeiros e passivos financeiros que estão expostas ao risco de mercado e ao risco de crédito que são geridos pelo Banco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou de crédito, são medidas com base num preço que seria recebido para vender uma posição comprada líquida (ou paga para transferir uma posição líquida vendida) para a exposição de risco particular. Ajustamentos no portfólio - por exemplo ajustamento de ofertas ou ajustamentos de risco de crédito que reflectem a mensuração com base na exposição líquida - são alocados aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com um recurso de demanda (por exemplo, um depósito à ordem) não é menor do que o valor pagável à ordem, descontado da primeira data em que o valor poderia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o qual a mudança ocorreu.

g) Imparidade de instrumentos financeiros

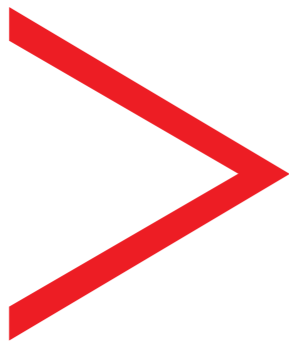
O Banco reconhece as provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperada nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos:

- > Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- > Locações a receber;
- > Contratos de garantia financeira emitidos; e
- > Compromissos de empréstimos emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas num montante igual à perda esperada de crédito ao longo da vida, para o qual elas são mensuradas como perda esperada de crédito de 12 meses, da seguinte forma:

- > garantias de investimento da dívida que são determinadas como tendo um risco de crédito baixo à data de relato; e
- > outros instrumentos financeiros (excepto locações a receber) sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas em locações a receber são sempre mensuradas num valor igual à perda de crédito esperada ao longo da vida da locação.



O Banco considera que um título de investimento de dívida apresenta um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente compreendida de "grau de investimento". O Banco não aplica a isenção de risco de crédito baixo a quaisquer outros instrumentos financeiros.

A Perda de Crédito Esperada em 12 meses é a parte da Perda de Crédito Esperada que resulta de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma Perda de Crédito Esperada de 12 meses são designados por "Instrumentos financeiros da Fase 1". Os instrumentos financeiros alocados à Fase 1 não sofreram aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não estão em imparidade.

A Perda de Crédito Esperada de tempo de vida útil é a Perda de Crédito Esperada que resulta de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma perda de crédito esperada ao longo da vida útil, mas que não tenham imparidade de crédito, são designados por "Instrumentos financeiros da Fase 2". Os instrumentos financeiros alocados na Fase 2 são aqueles que sofreram um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas estão em imparidade.

Os instrumentos financeiros para os quais a Perda de Crédito Esperado de tempo de vida útil é reconhecida e que estão em imparidade são designados "Instrumentos financeiros de Fase 3".

i) Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito as quais são mensuradas da seguinte forma:

- > Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito na data de relato: como o valor actual de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- > Activos financeiros com imparidade de crédito na data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- > Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- > Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor menos os valores que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, são utilizadas as seguintes taxas:

- > Outros activos financeiros que não resultem ou que não tenham origem na imparidade de crédito, activos financeiros e recebíveis de arrendamento mercantil: a taxa de juro efectiva original ou uma taxa aproximada;
- > Compromissos de empréstimo não utilizados: a taxa de juro efectiva, ou uma aproximação dela, que seria aplicada ao activo financeiro resultante do compromisso de empréstimo;
- > Contratos de garantia financeira emitidos: a taxa que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos aos fluxos de caixa; e
- > Activos (Imparidades de Crédito): taxa de juro efectiva ajustada para o crédito.

ii) Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a Perda de Crédito Esperada é mensurada da seguinte forma:

- > Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa do activo existente.
- > Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é reconhecido como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa do activo financeiro existente que são descontadas desde a data prevista de desreconhecimento até à data de relato, usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

iii) Activos financeiros em imparidade

Em cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado, os activos financeiros de dívida escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral, e os créditos de locação financeira estão em imparidade de crédito (referidos como "Activos financeiros de Fase 3").

Um activo financeiro está "em imparidade de crédito" quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrem.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- > dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- > uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou vencido;
- > a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento em termos que o Banco não consideraria de outra forma;
- > é provável que o mutuário declare falência ou solicite uma reorganização financeira; ou
- > o desaparecimento de um mercado activo de um valor mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo renegociado resultante da deterioração da condição do mutuário é normalmente considerado em imparidade, a menos que haja evidências de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não existam outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo vencido há 90 dias ou mais é considerado em imparidade de crédito, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

Ao avaliar se um investimento em dívida soberana está em imparidade, o Banco considera os seguintes factores:

- > A avaliação do risco de mercado, conforme reflectido no rendimento dos títulos.
- > As avaliações das classificações das agências respeitantes à idoneidade creditícia.
- > A capacidade do país em aceder aos mercados de capitais para novas emissões de dívida.
- > A probabilidade da dívida ser reestruturada, resultando em prejuízos aos detentores por meio do perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- > Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como "credor de última instância" a esse país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de governos e agências de usar esses mecanismos. Isso incluiu uma avaliação da profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se havia capacidade para cumprir os critérios exigidos.

iv) Apresentação da provisão para Perda de Crédito Esperada na Demonstração da Posição Financeira

As provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperado são apresentadas na demonstração da posição financeira como se segue:

- > Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução da quantia escriturada bruta dos activos;
- > Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- > Quando um instrumento financeiro inclui uma fracção desembolsada e não desembolsada de capital, o Banco não pode identificar a Perda de Crédito Esperada no componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles da fracção desembolsada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambos os componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada da fracção desembolsada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da fracção desembolsada é apresentado como provisão; e
- > Instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira considerando que a quantia escriturada desses activos é o seu justo valor. A provisão para perdas é divulgada e reconhecida na reserva de justo valor.

v) Desreconhecimento

Empréstimos e títulos de dívida são desreconhecidos (parcial ou integralmente) quando não há expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte do mesmo. Esse é geralmente o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Essa avaliação é realizada ao nível do activo individual.

As recuperações de valores anteriormente abatidos são incluídas em "perdas por redução ao valor recuperável em instrumentos financeiros" na demonstração de resultados e outro rendimento integral.

Os activos financeiros que são abatidos estão sujeitos a actividades de fiscalização para cumprir os procedimentos do Banco para fins de recuperação de valores devidos.

vi) Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como um componente desse instrumento ou é um contrato contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem:

- > a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- > a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- > a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- > a garantia é concedida pela empresa-mãe do mutuário ou outra empresa ao nível do grupo do mutuário.

Se a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, então qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é reconhecido como um custo de transacção para adquiri-lo. O Banco considera o efeito da garantia ao mensurar o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar a Perda de Crédito Esperada.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação por perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não estiver com perda de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia foi adquirida. Esses activos são reconhecidos em "outros activos". O Banco apresenta ganhos ou perdas sobre um direito de compensação nos lucros ou prejuízos no item "perdas por imparidade em instrumentos financeiros".

h) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica.

i) Juros

Taxa de juro efectiva

As receitas e despesas de juros são reconhecidas nos lucros ou prejuízos através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- > a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- > o custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos adquiridos ou originários com perda de crédito, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não a Perda de Crédito Esperada. Para activos financeiros com perda de crédito adquirida ou originada, uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é calculada usando fluxos de caixa futuros estimados incluindo a Perda de Crédito Esperada.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e taxas e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

j) Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O "custo amortizado" de um activo financeiro ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre aquele valor inicial e o valor à maturidade e, para os activos financeiros, ajustados de qualquer provisão para Perda de Crédito Esperada.

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento de qualquer provisão de Perda de Crédito Esperada.

k) Cálculo da receita e despesa de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não se encontra em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista como resultado da nova estimativa periódica dos fluxos de caixa dos instrumentos de taxa flutuante para reflectir os movimentos nas taxas de juro do mercado.

No entanto, para activos financeiros em imparidade após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo do rendimento de juros reverte para a base bruta.

Para activos financeiros em imparidade no reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo da receita de juros não reverte para a base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

l) Apresentação

A receita de juros calculada usando o método da taxa de juro efectiva apresentado na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui:

- > juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- > juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Outras receitas de juros apresentadas na demonstração de resultados e outro rendimento integral incluem receitas de juros sobre locações financeiras.

A despesa de juros apresentada na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e juros em passivos de locação.

As receitas e despesas de juros em outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos são apresentados na rubrica de receitas líquidas de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos.

m) Comissões

> Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus Clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

> Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo
São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

> Comissões cobradas pela prestação de serviços

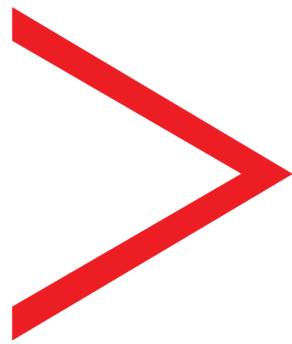
A receita de honorários e comissões de contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada num contrato com um cliente. O Banco reconhece o rédito quando o serviço é prestado.

Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.

> Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ainda ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor.





NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Meticais)

n) NIRF 16 - Locações

No início de uma locação, o Banco avalia se o contrato é ou contém um arrendamento partindo da definição estabelecida na norma NIRF 16 que diz “um contrato constitui ou contém uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período, em troca de uma retribuição”. Esta política é aplicada aos contratos celebrados (ou actualizados) em ou após 1 de Janeiro de 2019.

i) Banco na perspectiva de Locatário

No início ou na actualização de um contrato que contém a componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base no seu preço autónomo relativo. No entanto, para locações de agências e escritórios, o Banco optou por não separar as componentes não locativas e contabilizar as componentes locativas e não locativas como um único componente de locação.

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efectuados antes da data de início, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover quaisquer melhorias feitas nas filiais ou nas instalações do escritório.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até ao final do prazo da locação. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas sobre o valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que ainda não foram efectuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita de locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco utiliza a taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina a taxa incremental de empréstimos através da análise de empréstimos de várias fontes externas e faz alguns ajustes para reflectir os termos do arrendamento e o tipo de activo arrendado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos in-substance;
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e
- Preço do exercício de uma opção de compra que o Banco preveja exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tem a certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e penalizações por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efectivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco sobre o montante que se espera que seja pago sob garantia do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre se irá efectuar uma compra, extensão ou rescisão da compra, ou se houver uma revisão do pagamento de locação fixa in-substance.

Quando o passivo de locação é remensurado dessa forma, um ajuste correspondente é feito ao valor contabilístico do activo de direito de uso ou é registado nos lucros ou prejuízos se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso em `activos tangíveis` e passivos de arrendamento em `outros passivos` na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer activos sob direito de uso e passivos de locação financeira para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamentos de tecnologia de comunicação e informação. O Banco reconhece os pagamentos de locação associados a essas locações como uma despesa de forma linear durante o período da locação.

ii) Banco na perspectiva de Locador

No início ou na reavaliação de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda autónomos relativos.

Quando o Banco actua como locador, determina, no início da locação, se é uma locação financeira ou operacional. Para classificar cada locação, o Banco avalia se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente são ou não substancialmente transferidos para o Moza Banco. Se for esse o caso, então a locação é uma locação financeira; caso contrário, essa locação é tratada como locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera determinados indicadores, como se a locação é destinada à maior parte da vida económica do activo.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, a contar da data da aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do justo valor e são utilizados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo, sendo que estes são mensurados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

p) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da sua venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário que cumpra os seguintes requisitos:

- 1) A probabilidade de venda seja elevada;
- 2) O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
- 3) Existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica. Contudo, os acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período para concluir a venda para além de um ano.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no período máximo de um ano após a sua classificação nesta categoria.

q) Activos tangíveis

> Propriedades e equipamentos

As propriedades e equipamentos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de manutenção, reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas em lucros ou prejuízos no período em que foram incorridos. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se as partes significativas de um item do imobilizado têm vida útil diferente, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento é reconhecido em outros ganhos operacionais na Demonstração de Resultados.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que os benefícios económicos futuros associados aos gastos fluirão para o Banco.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como a vida útil dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de relato. As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis são as seguintes:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------|------|------|
| Imóveis | 50 | 25 |
| Obras em edificios arrendados | 10 | 10 |
| Equipamentos | 10 | 10 |
| Activo sobre direito de uso | 10 | 10 |
| Outros | 4_5 | 4_5 |

O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil estimada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

Durante o exercício económico de 2023, o Banco procedeu com a revisão da vida útil dos imóveis próprios, passando dos anteriores 25 anos para 50 anos

> Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo e depreciadas de forma linear e a vida útil estimada para os activos classificados como propriedades de investimento é de 50 anos. Qualquer ganho ou perda na alienação de propriedades de investimento (calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em lucro ou prejuízo.

Quando o uso de uma propriedade muda de modo que seja reclassificada como activo tangível, o valor líquido do activo na data de reclassificação torna-se o seu custo para contabilização subsequente.

r) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis que incluem os valores de software (licenças) adquiridos pelo Banco são registados ao custo amortizado menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como activo quando o Banco consegue demonstrar que o produto é técnico e comercialmente viável, a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e podem fiavelmente mensurados os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos as amortizações acumuladas e menos as perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

s) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte relativa à combinação de negócio ou a itens reconhecidos directamente nos capitais próprios ou a outros resultados.

O Banco determina os juros e penalizações decorrentes do apuramento de imposto e quaisquer diferenças apuradas, incluindo tratamento fiscal incerto que não se enquadrem na definição de imposto sobre o rendimento, são contabilizados de acordo com a IAS 37.

i) Impostos correntes

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do ano e quaisquer ajustamentos ao imposto a pagar ou a receber de anos anteriores.

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os activos e passivos de impostos correntes podem ser compensados se determinadas condições forem satisfeitas.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, à data da posição financeira, entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis sejam suficientes para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período em que seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato.

Os activos ou passivos por impostos diferidos poderão ser compensados caso determinadas condições sejam satisfeitas.

t) Benefícios aos empregados

i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

ii) Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

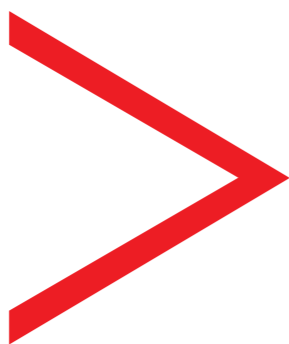
u) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

v) Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são as fontes de financiamento por dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo de recompra do mesmo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra) a contraprestação recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.



O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são mensurados inicialmente pelo justo valor menos os custos directos de transacção incremental. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva de juros, excepto quando o Banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL).

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL), o montante da variação no justo valor do passivo que é atribuível às alterações no seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral (OCI) como uma reserva de crédito do passivo.

No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do montante da variação do justo valor do passivo que é atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral (OCI) criaria ou ampliaria um desajuste contabilístico nos lucros ou prejuízos. Essa avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:

- > as mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas com as mudanças no risco de crédito; com
- > o impacto no resultado das mudanças esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estão relacionadas economicamente às características do passivo

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para resultados. Quando esses instrumentos são desreconhecidos, o valor acumulado registado na reserva de crédito do passivo é transferido para lucros acumulados.

w) Garantias financeiras e compromissos de empréstimos

As "Garantias financeiras" são contratos que exigem que o Banco efectue pagamentos específicos para reembolsar o titular por perda em que incorra devido ao facto de um devedor específico não efectuar o pagamento quando este é exigido de acordo com os termos do instrumento de dívida. Os "compromissos de empréstimo" são compromissos firmes de concessão de crédito com termos e condições pré-estabelecidas.

As garantias financeiras emitidas ou os compromissos de concessão de empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensuradas inicialmente pelo justo valor. Posteriormente, são mensuradas pela provisão da perda mais elevada determinada de acordo com a NIRF 9 e o valor inicialmente reconhecido menos, o valor acumulado do resultado reconhecido de acordo com os princípios da NIRF 15.

Os passivos decorrentes de garantias financeiras e compromissos de empréstimos são incluídos nas provisões.

x) Capital social e reservas

i. Outros instrumentos do capital próprio

O Banco classifica instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a natureza dos termos contratuais dos instrumentos.

ii. Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de um instrumento de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

4. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas.

Mais alguns novos, normativos tornaram-se efectivos a partir de 01 de Janeiro de 2023, contudo os mesmos não tiveram impacto material nas Demonstrações Financeiras do Banco.

- a) NIRF 7 Instrumentos financeiros - emenda sobre acordos de financiamento à fornecedores (Data efectiva: 1 de Janeiro de 2024);
- b) NIRF 16 Locações - Passivo de locação em uma venda ou leaseback (data efectiva: 1 de Janeiro de 2024);
- c) Classificação de passivos em corrente e não-correntes - alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2024);
- d) Classificação da dívida de longo prazo afectada por Covenants-alterações a IAS 1 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2024);
- e) Efeitos das alterações nas taxas de câmbios, IAS 21 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2025).

5. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A função de gestão de riscos no Moza Banco constitui uma actividade de extrema importância, suportada por um modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, conforme estabelecido nas Directrizes de Gestão de Risco bem como garantir solidez e eficácia aos processos de Identificação, Medição, Controlo e Acompanhamento dos riscos financeiros e não financeiros a que o Moza Banco se encontra, ou possa vir a encontrar-se, exposto, nomeadamente:

- | | | |
|-----------------------------|---|----------------------------------|
| a. Risco de Crédito; | f. Risco Estratégico; | k. Risco <i>Cyber Security</i> ; |
| b. Risco de Liquidez; | g. Risco Reputacional; | l. Risco de Dados; |
| c. Risco de Taxa de Juro; | h. Risco de <i>Compliance</i> ; | m. Risco Imobiliário; |
| d. Risco de Taxa de Câmbio; | i. Risco de Tecnologias de Informação (TI); | n. Risco Legal. |
| e. Risco Operacional; | j. Risco de Concentração. | |

A gestão dos riscos é efectuada de forma transversal e coordenada por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco, que responde a um membro da Comissão Executiva do Moza Banco.

O Moza Banco considera, no âmbito da gestão de riscos, o quadro regulamentar aplicável emitido pelo Banco de Moçambique (Entidade Supervisora do Sistema Bancário Moçambicano), bem como as melhores práticas bancárias (*European Bank Authority* ou Banco de Portugal), assim como as normas de risco internacionalmente aceites, como sejam o Quadro Integrado de Gestão Corporativa de Risco COSO e os Princípios de Gestão de Risco ISO 31000, enquanto referências metodológicas para a Política de Gestão de Risco do Moza Banco.

Quadro Conceptual de Gestão de Riscos do Moza Banco

O quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco compreende o âmbito dos riscos, os processos, os sistemas, políticas e procedimentos necessários à gestão dos riscos, bem como as atribuições e responsabilidades dos diferentes órgãos do Banco envolvidos na sua gestão. O Moza Banco considera que, o quadro conceptual de gestão de riscos implementado se ajusta à sua dimensão e complexidade e é suficientemente abrangente para identificar os principais riscos aos quais se encontra exposto, com a flexibilidade necessária para acomodar eventuais alterações no sentido de melhoria das actividades do Banco.

É neste contexto que o Conselho de Administração do Moza Banco detém a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pelo Banco, aprova as estratégias globais de negócio bem como as políticas de tomada e gestão de risco do Banco, fornecendo uma clara orientação relativamente aos níveis de exposição ao risco, através da Declaração de Apetite de Risco do Banco (RAS - *Risk Appetite Statement*). Adicionalmente, as políticas e procedimentos de gestão de riscos, bem como os limites de controlo de exposição do Banco aos riscos inerentes à sua actividade, são concebidos por forma a serem consistentes com a complexidade e a dimensão de negócio, objectivos, metas e a robustez financeira do Banco.

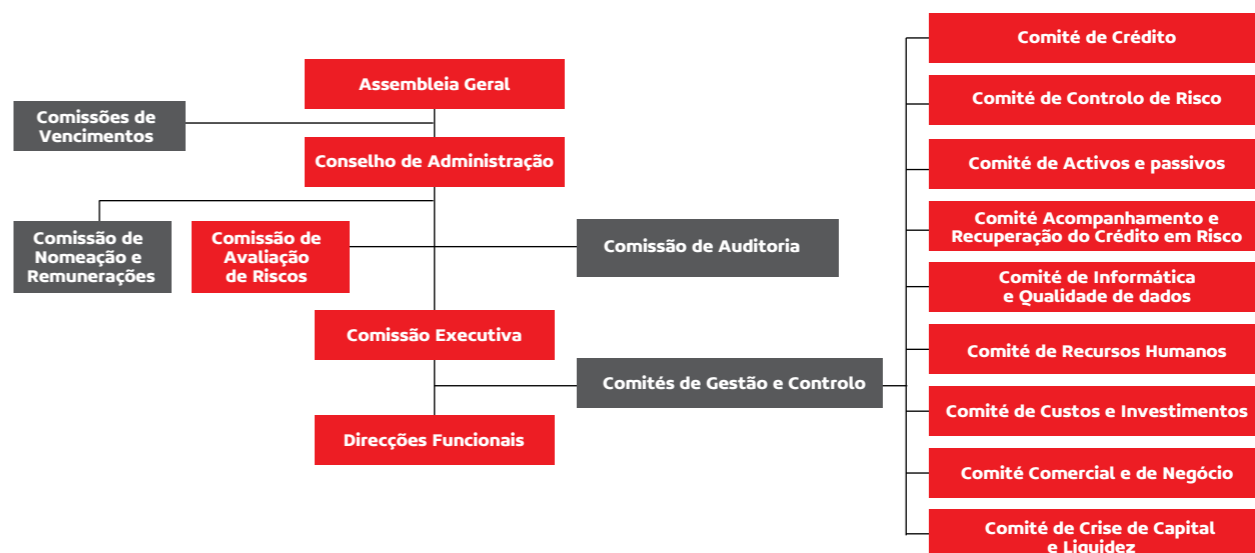
O Banco efectua, anualmente, a revisão e actualização das políticas de gestão de risco, por forma a reflectir as alterações ocorridas ao nível do mercado, produtos e as melhores práticas do sector bancário onde se encontra inserido.

Modelo de Governo da Gestão de Risco do Moza Banco

O Moza Banco, no âmbito do controlo e gestão dos riscos, adoptou um modelo de *Governance* que estabelece os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a sua fiscalização de forma eficaz, através do acompanhamento regular dos níveis globais de risco. Complementarmente este modelo assegura a conformidade com a Lei das instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matéria de governação, designadamente ao nível dos comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco. O processo de acompanhamento e reporte assegura ao Conselho de Administração, que os níveis de risco do Banco encontram-se alinhados com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e Plano estratégico aprovado para o desenvolvimento e crescimento da actividade do Banco.

Neste sentido, o Banco tem definido um Modelo de Governance de Gestão de Risco, que incorpora dois conceitos: (i) o conceito de "Comissões" para os órgãos que emanam da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e (ii) o conceito de "Comités" para os órgãos que emanam da Comissão Executiva, conforme organograma apresentado abaixo. Complementarmente este modelo incorpora o conceito das 3 linhas de defesa, sendo que a Primeira Linha de Defesa é preenchida pela Rede Comercial, Direcção de Operações e a Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação, a Segunda Linha pelas Direcções de Gestão de Risco e Compliance e a Terceira Linha de Defesa pela Auditoria.

O organograma abaixo descreve o Modelo de Governo em vigor no Moza Banco, seguido das principais funções/competências dos órgãos relevantes do referido modelo encontra-se descritas no relatório de gestão.



Capital Económico

De acordo com a Regulamentação aplicável, o Moza Banco, assegura o processo de ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) através da aplicação de metodologias internas para o apuramento de requisitos de capital, para a cobertura dos riscos de pilar I e II, do Acordo de Basileia II. O objectivo principal do exercício de ICAAP é comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis, aferindo a capacidade do Banco em observar os riscos a que se encontra exposto, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou linhas de negócio geradoras de maior valor.

O processo do ICAAP incorpora um conjunto de actividades preliminares, designadamente:

- A definição do Modelo de Governo do ICAAP, ajustado à dimensão e realidade do Moza Banco;
- A definição da Taxonomia dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- Definição de cenário base e adverso, este último caracterizado por uma deterioração significativa de alguns indicadores macroeconómicos (Inflação, Taxas de Juro, Desvalorização do Metical, PIB, entre outros). Não obstante o cenário adverso, ser hipotético, o mesmo é criado com o intuito de avaliar a solidez do Banco e a sua resiliência num ambiente económico desfavorável;
- A definição de metodologias específicas para apuramento da materialidade dos riscos.

Sem prejuízo de alterações futuras, abaixo apresentam-se os riscos considerados materialmente relevantes para efeitos do ICAAP (Pilar I - Basel II & Pilar II) e sobre os quais deverão ser quantificados os requisitos de capital para garantir a sua cobertura:



* Acomoda os outros riscos materiais considerados na taxonomia de riscos do Banco e não quantificados com recurso a uma metodologia específica para o cálculo dos respectivos requisitos de capital.

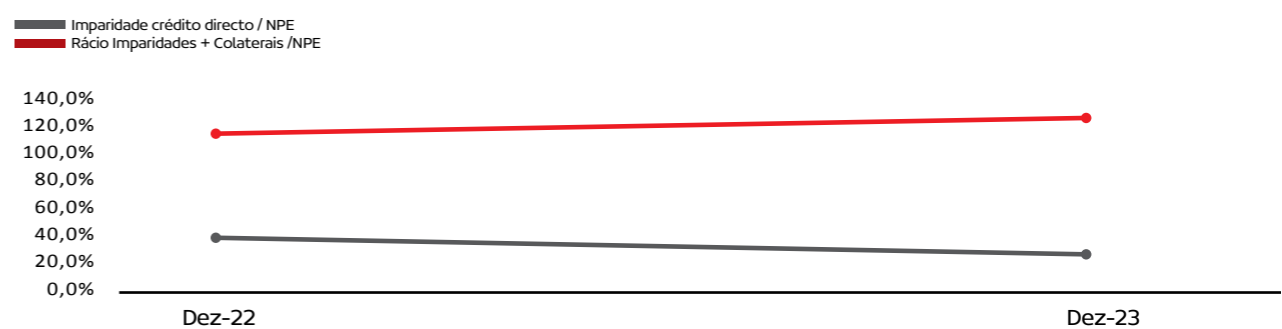
A análise qualitativa da gestão dos riscos do Moza Banco é apresentada como se segue:

5.1. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos na estrutura económico-financeira do Banco, em resultado da incapacidade das contrapartes ou respectivos garantidores honrarem com os compromissos de pagamento previamente acordados. O risco encontra-se associado a exposições com contrapartes em empréstimos, emitentes de títulos e outros compromissos efectivos ou potenciais que colocam a Instituição numa situação de dependência.

Principais Indicadores de Risco de Crédito

No quadro abaixo apresenta-se a evolução anual dos principais indicadores do risco de crédito e de cobertura da exposição do crédito entre Dezembro de 2022 e 2023:

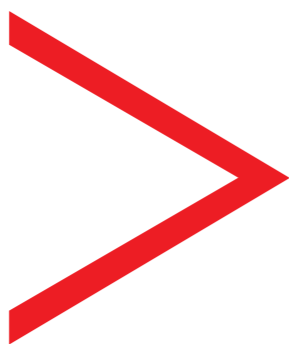


Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo mostra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2023, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes (Empréstimos e adiantamentos a clientes, Garantias Prestadas e Cartas de Crédito) que são, fundamentalmente, hipotecas sobre imóveis, penhores financeiros, garantias prestadas pelo Estado (à ordem e a prazo) assim como penhores de equipamentos:

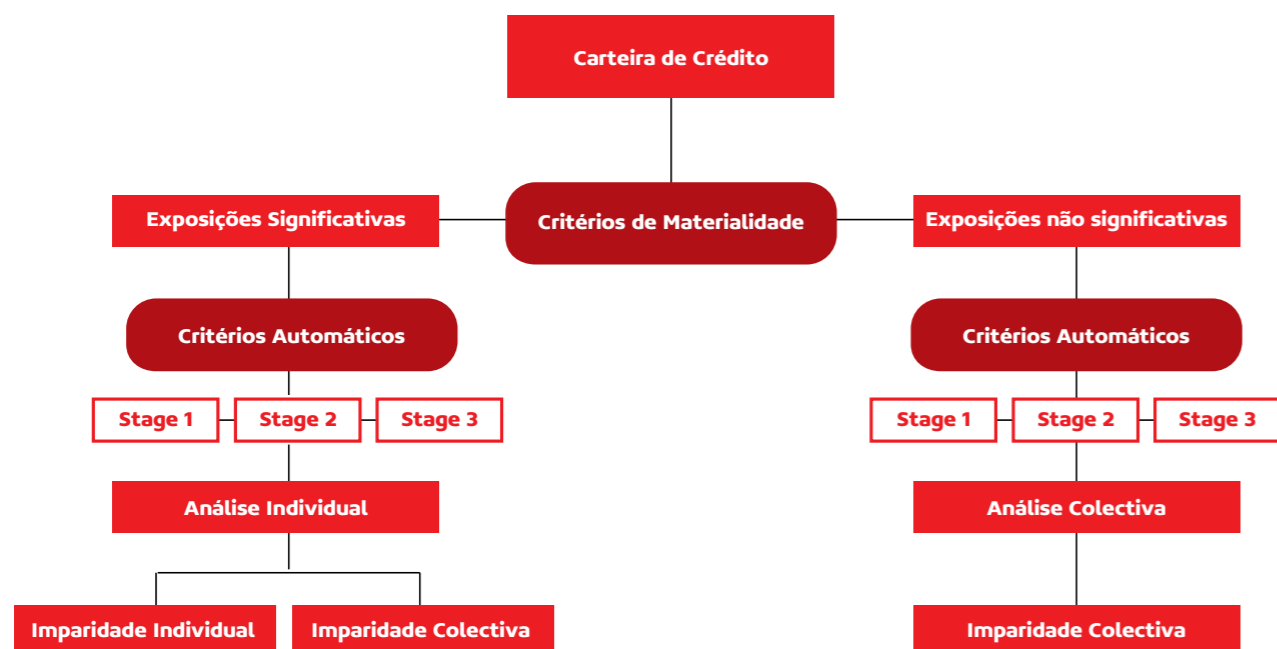




Cálculo de Imparidade da Carteira de Crédito

Durante o ano de 2022 o Banco implementou um novo modelo de cálculo de perdas por imparidade, por forma a incluir o processo de análise individual, para os clientes significativos do Banco, e ainda melhorar a componente de análise colectiva com vista a alinhar o modelo de imparidade do Banco às boas práticas bancárias.

No diagrama abaixo encontra-se sintetizado o modelo de perdas esperadas implementado no Moza Banco, onde é possível verificar se o critério de materialidade para apuramento de perda objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, ou colectivamente, para activos financeiros que não sejam individualmente significativos.



Na Análise Individual de imparidade, a perda esperada é determinada com base numa avaliação individual do cliente, enquanto, na Análise colectiva de imparidade a perda esperada é determinada tendo em conta os grupos de clientes com características de risco de crédito semelhantes.

O modelo de perdas esperadas, implementado permite mensurar a ECL (Expected Credit Loss) não só em função da classificação dos activos por Estágio, mas também por segmento, cobertura de garantias e materialidade, conforme abaixo indicado:

- > **Estágio 1** - todos os activos financeiros em que não se verifica aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial (a não ser que sejam adquiridos ou originados com evidência objectiva de perda);
- > **Estágio 2** - todos os activos financeiros que apresentam um aumento significativo de risco de crédito;
- > **Estágio 3** - todos os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade (default).

Aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2)

De acordo com a NIRF 9, o Moza Banco para determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou, significativamente desde o seu reconhecimento inicial, avalia a existência de informação adicional disponível quanto à sua relevância, nomeadamente elementos qualitativos e/ou análises quantitativas, baseadas na experiência histórica do Banco e/ou com recurso a avaliações específicas pontuais.

O objectivo de realizar avaliações regulares é precisamente identificar a ocorrência de eventos que possam representar um aumento significativo do risco de crédito para as exposições de crédito, através da comparação entre:

- > A probabilidade de incumprimento (PD - Probabilidade de Default) durante a vida útil remanescente do activo financeiro, na data do reporte; e
- > A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante do activo financeiro, para o mesmo período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição.

Evidências Objectivas de Imparidade (Estágio 3)

A cada data de relato, o Moza Banco avalia a existência de evidência objectiva de que os activos, não mantidos ao justo valor através de resultados, encontram-se em imparidade.

O conceito de Estágio 3 encontra-se alinhado com a definição de default, e nesta medida para o modelo de imparidade implementado considera-se que um cliente se encontra em default quando tem pelo menos um trigger de default activo ou encontra-se ainda dentro do período de quarentena definido.

Para os triggers de incumprimento de crédito abatido e/ou de contencioso, os clientes entram em quarentena após deixarem de verificar o critério de entrada do trigger e tiverem menos de 30 dias de prestação vencida.

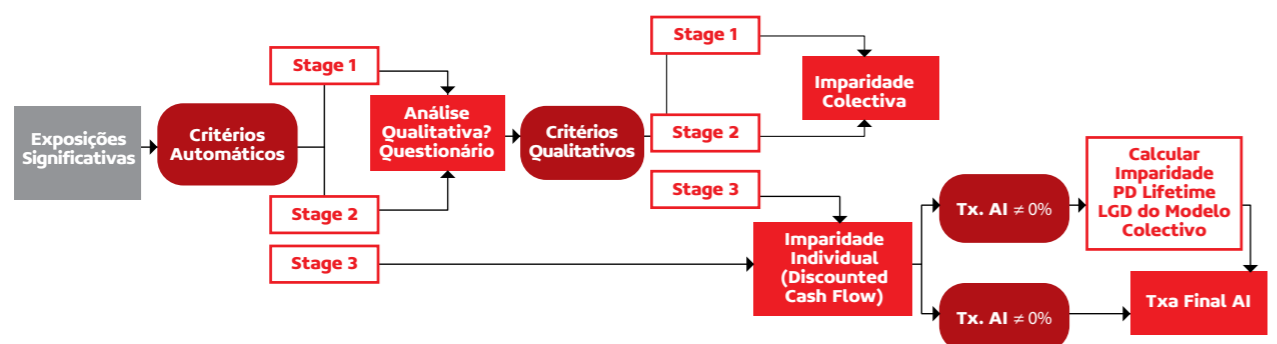
Para empréstimos e adiantamentos de activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor actual dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução dos colaterais, deduzidos dos custos de manutenção e da venda do colateral.

Análise individual

Para a realização da avaliação individual de imparidade é necessário observar os critérios de materialidade. Entretanto, o Moza Banco considera neste processo, a combinação entre o estágio de selecção, a exposição do cliente e eventualmente contaminação dos restantes clientes do mesmo grupo económico, que reúnam o critério de materialidade mínimo.

A actividade da análise individual, pode ser resumida no diagrama abaixo:



Consoante a classificação por estágio as exposições nos estágios 1 e 2 que cumpram com os critérios de materialidade para análise individual, são sujeitas a um questionário de análise qualitativa onde, com base nas respostas e respectivos pesos, irá resultar uma classificação de estágio que fará o override ao estágio inicial.

Os clientes classificados em estágio 1 e 2 após preenchimento dos questionários de análise qualitativa serão reencaminhados para Análise Colectiva.

Para os clientes inicialmente classificados em estágio 3, ou classificados em estágio 3 por via dos critérios do questionário de análise qualitativa, os analistas devem (i) preencher um "questionário situação do cliente" que permita suportar a selecção do cenário de recuperação classificando o cliente em "going concern" ou "gone concern" e (ii) calcular a taxa

de imparidade individual, a qual deverá estar assente numa metodologia de fluxos de caixa descontados com base em cenários de recuperação (going concern ou gone concern) conforme descrito abaixo:

- > Abordagem *going concern* - considera a continuidade do negócio, onde se assume que o devedor tem capacidade de continuar a gerar fluxos financeiros suficientes para fazer face ao serviço de dívida
- > Abordagem *gone concern* - considera que a recuperação de crédito é possível exclusivamente através do recurso a execução/dação de colaterais associados, uma vez que o devedor revela dificuldades de gerar fluxos para fazer face ao serviço de dívida.

De referir ainda que as abordagens de recuperação, permitem considerar cenários prospectivos (cenários base, cenário optimista e cenário pessimista) e respectivos ponderadores, tendo em conta a probabilidade estimada de ocorrência de cada cenário.

Tendo por base os cenários de recuperação considerados, o montante de imparidade deve ser determinado como a média ponderada dos cash-flows actualizados de cada cenário.

Análise colectiva

Para as exposições não significativas, a perda esperada (ECL) para os activos financeiros resulta, da diferença entre os *cash-flows* contratualmente estipulados e os *cash-flows* que a entidade espera receber, descontados à data de referência, considerando os parâmetros de risco como: Probabilidade de *Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Behavioral Maturity* - Maturidade Comportamental (BM).

As Probabilidades de *Default* (PDs) são agrupadas com base em populações homogêneas, que resultam da combinação entre o segmento do cliente e o Bucket de Risco, sendo que as curvas de PDs são estimadas com base no histórico comportamental e na projecção das variáveis macroeconómicas.

As LGDs são calculadas em função da combinação do tipo de cliente, tipologia de produtos de crédito e antiguidade de default, sendo as estimativas apuradas com base no histórico das taxas de recuperação efectivas, após a entrada dos clientes em default.

Para produtos sem maturidade definida, o Moza Banco efectua o apuramento de maturidades comportamentais por forma a identificar o período em que a instituição se encontra exposta ao risco de crédito e a percentagem de amortização esperada a cada período.

Complementarmente os factores de risco do Modelo de Imparidade, são actualizados anualmente com base na informação prospectiva, conforme recomendação das boas práticas bancárias.

Incorporação de informações prospectivas

A NIRF 9 exige a consideração de projecções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das Demonstrações Financeiras, no cálculo das perdas por imparidade do crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva permite que a imparidade do crédito do Banco se ajuste, de acordo com o momento económico que o Banco atravessa e as diferentes tendências possíveis, o que deve resultar em ponderadores aplicados aos cenários avaliados.

As ponderações de probabilidade de cenário aplicadas na mensuração da perda de crédito esperada (ECL) são as que abaixo se apresentam:

| | 2023 | | | 2022 | | |
|----------------------------|------|------------|----------|------|-------------|-------------|
| | Base | Pessimista | Otimista | Base | Alternativo | Desafiantes |
| Probabilidade dos cenários | 70% | 20% | 10% | 51% | 25% | 24% |

Imparidade da Carteira de Títulos

A metodologia de cálculo da imparidade da carteira de títulos segue, de uma forma geral, a metodologia utilizada no processo de cálculo da imparidade da carteira de crédito, embora com algumas especificidades. Para a carteira de títulos deve ser utilizado como valor de exposição, o montante em balanço ou, para os títulos registados ao FVOCI, o valor que os mesmos teriam caso se encontrassem registados ao custo amortizado.

Deste modo, o cálculo da imparidade (i) dos bilhetes do tesouro é considerada uma taxa de 0%, (ii) para as obrigações corporativas são considerados os factores de risco do modelo colectivo aplicável às Grandes Empresas, (iii) para as obrigações do tesouro em moeda nacional é considerada a PD do rating imediatamente superior/melhor ao rating país (Rating B), e a LGD igualmente da Moody's para o rating país, e neste caso, apenas é calculada imparidade para os títulos com maturidade residual superior a um ano, (iv) para títulos em moeda estrangeira é considerada a PD e a LGD da Moody's para o rating do país.

Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a *write-off* (parcial ou total) quando não exista uma expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade. Este é geralmente o caso em que o Moza Banco considera que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos suficientes, para liquidar os valores em dívida, submetendo-os a *write-off* ou abate.

Eventuais valores recuperados de operações anteriormente levadas a *write-off* são reconhecidos na demonstração de resultados, com um efeito positivo (reversão).

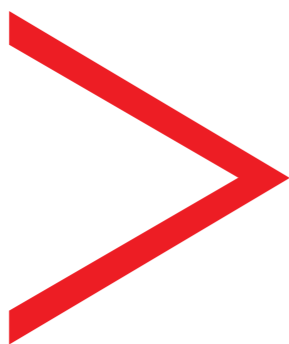
Os activos financeiros levados a *write-off* são recuperados via confissão de dívida e sujeitos a actividades de execução/recuperação específicas.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

| 2023 | Quantia escriturada | Imparidade de crédito | Valor líquido |
|----------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| Retalho | 5 167 392 | 781 434 | 4 385 958 |
| Construção civil | 1 092 032 | 170 125 | 921 907 |
| Energia | 183 | 175 | 8 |
| Turismo | 435 114 | 27 632 | 407 482 |
| Indústria transformadora | 1 737 078 | 35 565 | 1 701 513 |
| Particulares | 7 134 771 | 288 257 | 6 846 514 |
| Serviços | 3 994 626 | 483 773 | 3 510 853 |
| Transportes e Comunicações | 3 628 655 | 36 476 | 3 592 179 |
| Agricultura e Pescas | 207 188 | 14 204 | 192 984 |
| Outros | 385 075 | 10 284 | 374 791 |
| | 23 782 114 | 1 847 925 | 21 934 189 |

| 2022 | Quantia escriturada | Imparidade de crédito | Valor líquido |
|----------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| Retalho | 5 349 504 | 872 914 | 4 476 590 |
| Construção civil | 1 782 970 | 521 393 | 1 261 577 |
| Energia | 226 684 | 5 724 | 220 960 |
| Turismo | 483 252 | 54 671 | 428 581 |
| Indústria transformadora | 2 472 836 | 341 623 | 2 131 213 |
| Particulares | 5 363 210 | 385 682 | 4 977 528 |
| Serviços | 3 873 058 | 412 643 | 3 460 415 |
| Transportes e Comunicações | 3 869 689 | 269 235 | 3 600 454 |
| Agricultura e Pescas | 445 544 | 85 616 | 359 928 |
| Outros | 875 715 | 39 321 | 836 394 |
| | 24 742 462 | 2 988 822 | 21 753 640 |





**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em milhares de Meticals)

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Moza Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, apurado com base no recomendado pelo Banco de Moçambique, superior ao mínimo exigido e que comprova a solidez financeira do Banco.

| | 2023 | 2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Fundos próprios de Base (Tier I Capital) | | |
| Capital social | 7 020 750 | 5 896 250 |
| Reservas elegíveis e resultados transitados | 2 691 707 | 4 619 438 |
| Activos intangíveis | (317 468) | (224 572) |
| Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*) | (3 085 138) | (4 001 499) |
| Reserva de justo valor | (3 475) | (175 835) |
| Fundos próprios de Base (Tier I Capital) | 6 306 376 | 6 113 782 |
| Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada | | |
| Fundos próprios de Base (Tier I Capital) - ajustado | 6 306 376 | 6 113 782 |
| Fundos próprios complementares | | |
| Empréstimos obrigacionistas subordinados | - | - |
| Outros | 3 401 | 1 432 |
| Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada | | |
| Fundos próprios complementares | 3 401 | 1 432 |
| Outros elementos a deduzir | (760 561) | (748 048) |
| Fundos próprios de base e complementares | 5 549 216 | 5 367 166 |
| Activos ponderados pelo Risco | | |
| Na posição financeira | 22 660 351 | 19 230 513 |
| Fora da posição financeira | 4 549 908 | 3 760 122 |
| Risco operacional e de mercado | 640 885 | 780 291 |
| Total dos activos ponderados | 27 851 144 | 23 770 926 |
| Rácios prudenciais | | |
| CORE TIER 1 CAPITAL | 34,86% | 43,50% |
| TIER 1 CAPITAL | 22,64% | 25,71% |
| RÁCIO GLOBAL | 19,92% | 22,58% |
| Rácio de solvência requerido | 12,00% | 12,00% |

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

6. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Juros e rendimentos similares | | |
| Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes | 4 201 075 | 3 776 273 |
| Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito | 160 385 | 487 988 |
| Juros de activos financeiros ao custo amortizado | 1 207 387 | 891 343 |
| Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 448 322 | 215 108 |
| | 6 017 169 | 5 370 712 |
| Juros e gastos similares | | |
| Juros de recursos de clientes | 2 391 556 | 1 914 320 |
| Juros de passivos subordinados | 113 670 | 14 603 |
| Juros de recursos de Banco Central e instituições de crédito | 404 574 | 134 |
| Juros de locação | 188 079 | 181 112 |
| | 3 097 879 | 2 110 169 |
| | 2 919 290 | 3 260 543 |

7. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| Rendimentos de serviços e comissões | | |
| Por garantias prestadas | 162 736 | 164 233 |
| Por serviços bancários realizados | 314 531 | 315 242 |
| Outros rendimentos de serviços e comissões | 400 931 | 318 775 |
| | 878 198 | 798 250 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| Por garantias recebidas | 4 458 | 18 157 |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | 25 832 | 13 581 |
| VISA e Mastercard | 148 777 | 109 477 |
| Outros encargos com serviços e comissões | 124 114 | 83 397 |
| | 303 181 | 224 612 |
| | 575 017 | 573 638 |

Tipo de serviço Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos Reconhecimento do rédito em conformidade a NIRF 15

| | | |
|---|---|--|
| Serviços bancários de retalho e empresas | O Banco presta serviços bancários de retalho e empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços. As taxas respeitantes à gestão contínua das contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas, separadamente, para Clientes bancários de retalho e empresas. As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre. As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco. | O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre. |
| Serviços de banca de investimento | O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relativos a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicados, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários. As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento. As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre. | O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes. O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre. |

8. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Ganhos em operações financeiras | | |
| Ganhos em operações cambiais | 2 852 060 | 3 388 737 |
| Outros ganhos em operações financeiras | 167 094 | 141 027 |
| | 3 019 154 | 3 529 764 |
| Perdas em operações financeiras | | |
| Perdas em operações cambiais | 2 628 560 | 3 215 126 |
| Outras perdas em operações financeiras | 961 | 28 774 |
| | 2 629 521 | 3 243 900 |
| | 389 633 | 285 864 |

9. Imparidade do exercício

| | Nota | 2023 | 2022 |
|--|------|------------------|----------------|
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 21 | 1 133 148 | 828 680 |
| Activos não correntes detidos para venda | 23 | 19 083 | - |
| Outros activos | 22 | - | (39 018) |
| Activos financeiros | 20 | 20 174 | (15 761) |
| | | 1 172 405 | 773 901 |

10. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Vencimentos e salários | 2 018 109 | 1 712 585 |
| Encargos sociais obrigatórios | 66 725 | 60 695 |
| | 2 084 834 | 1 773 280 |

Colaboradores

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------|------------|------------|
| Serviços Centrais | 526 | 527 |
| Área Comercial | 417 | 434 |
| | 943 | 961 |

11. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

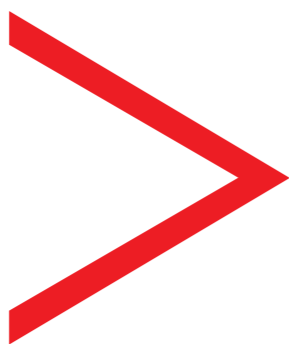
| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Comunicações | 117 789 | 115 292 |
| Honorários profissionais | 299 421 | 278 500 |
| Consumíveis | 43 322 | 37 743 |
| Manutenção e serviços relacionados | 295 732 | 280 136 |
| Despesas de marketing | 25 670 | 28 225 |
| Rendas e alugueres | 21 439 | 23 769 |
| Água, energia e combustíveis | 86 849 | 83 507 |
| Despesas de deslocação e representação | 22 341 | 20 381 |
| Despesas de formação | 8 201 | 8 712 |
| Reversão de proveitos de exercícios anteriores | 135 192 | 74 839 |
| Donativos e quotizações | 19 091 | 9 337 |
| Seguros | 17 338 | 16 890 |
| Taxas | 23 686 | 21 271 |
| Outros | 68 114 | 159 602 |
| | 1 184 185 | 1 158 204 |

12. Outros ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--------------------|------------------|----------------|
| Serviços prestados | 55 630 | 35 364 |
| Outros ganhos | 1 576 659 | 389 739 |
| | 1 632 289 | 425 103 |

Durante o exercício económico de 2023, os Outros ganhos operacionais apresentam um aumento significativo de 1.207 milhões de meticals, face ao ano transacto, explicado em grande parte, pela recuperação de crédito de uma operação alvo de saneamento no exercício económico de 2021, devidamente divulgada no respectivo Relatório e Contas.



13. Provisões do exercício

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|---------------|
| Provisões para garantias e compromissos assumidos | 93 622 | 45 442 |
| Processos para contas de processamento | 130 621 | - |
| Provisões judiciais | (1 996) | 21 760 |
| Provisões de transaccionalidade de POS | 2 386 | - |
| Provisões diversas | 9 053 | - |
| | 233 686 | 67 202 |

Durante o exercício económico de 2023, procedeu-se ao reforço de provisões no valor de MZN 233.686 milhares de Meticais, sendo que MZN 130.621 milhares de Meticais referente ao risco de perda relacionado as contas de processamento.

14. Activos e Passivos por Impostos diferidos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem as diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Banco tem estado a apresentar prejuizos fiscais os quais, em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento, conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz de Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuizos conferem direito ao reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizados para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco em caso de lucros.

O plano de negócios do Banco demonstra o alcance de resultados positivos nos exercícios subsequentes, contudo, a Administração optou por reconhecer parcialmente nas demonstrações financeiras de 2023 o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos através do registo do activo por imposto diferido.

A Administração acredita ainda ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|---------------|----------------|
| Activos por Impostos diferidos sobre resultados | 95 000 | 151 267 |
| Activos por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor | 1 635 | - |
| | 96 635 | 151 267 |

Os movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

| | 01.01.2023 | Demonstração de resultados | | Capital próprio | | 31.12.2023 |
|---|------------|----------------------------|-------------|-----------------|------------|------------|
| | | Gastos | Rendimentos | Aumento | Diminuição | |
| Activos por impostos diferidos | | | | | | |
| Prejuizos Fiscais | 95 000 | - | - | - | - | 95 000 |
| Activos por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor | 56 267 | - | - | - | (54 632) | 1 635 |
| | 151 267 | - | - | - | (54 632) | 96 635 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | | | |
| Activos tangíveis | 8 839 | - | - | - | - | 8 839 |
| | 8 839 | - | - | - | - | 8 839 |
| | - | - | - | - | (54 632) | - |

| | 01.01.2022 | Demonstração de resultados | | Capital próprio | | 31.12.2022 |
|--|------------|----------------------------|-------------|-----------------|------------|------------|
| | | Gastos | Rendimentos | Aumento | Diminuição | |
| Activos por impostos diferidos | | | | | | |
| Prejuizos Fiscais | 95 000 | - | - | 56 267 | - | 151 267 |
| | 95 000 | - | - | 56 267 | - | 151 267 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | | | |
| Activos tangíveis | 8 839 | - | - | - | - | 8 839 |
| | 8 839 | - | - | - | - | 8 839 |
| | - | - | - | - | 56 267 | - |

15. Imposto sobre rendimento

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| IRPC - Juros de Bilhetes de Tesouro | 235 803 | 183 440 |
| IRPC - Juros de Obrigações de Tesouro | 85 834 | 43 857 |
| IRPC - Juros de Permutas de Liquidez | 3 193 | 8 580 |
| | 324 830 | 235 877 |

O valor do IRPC refere-se ao imposto que é retido na fonte a título definitivo sobre os juros de aplicações em Bilhetes do Tesouro, Obrigações de Tesouros e outras aplicações no Mercado Monetário Interbancário e a variação positiva é devido ao incremento do volume de aplicações ocorrido durante o exercício de 2023.

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para 31 de Dezembro 2023 apresentam-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| Resultado antes de impostos | 426 685 | 183 440 |
| Correcções fiscais | | |
| Reintegrações e amortizações não aceites | 27 921 | 27 147 |
| Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis | 37 228 | 27 247 |
| Donativos não previstos | 37 228 | 2 996 |
| Outros não fiscalmente aceites | 34 918 | (228) |
| Reposições de provisões tributárias | 305 661 | 222 874 |
| Juros sobre BT, OT e permutas de liquidez | (63 328) | - |
| Prejuizo fiscais | (1 820 095) | (1 594 439) |
| Imposto corrente (32%) | (1 051 010) | (1 015 535) |
| Prejuizo fiscal á reportar | (1 051 010) | (1 015 535) |
| Imposto retido sobre juros de BT, OT e permutas de liquidez | 324 830 | 235 877 |

O Banco optou por não reconhecer um imposto diferido sobre os prejuizos reportados, no entanto, de acordo com a legislação fiscal, o prejuizo fiscal pode ser utilizado durante 5 exercicios económicos subsequente. Abaixo é apresentado a distribuição da utilização dos prejuizos fiscais ao longo dos anos.

| Descrição | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Prejuizo fiscal do período | 1 264 906 | 736 178 | 2 191 816 | 1 015 535 | 1 051 010 |
| Datas de maturidade de prejuizos fiscais | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |

16. Resultados por acção

Resultados por acção básicos e diluídos

O cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos, baseia-se no lucro atribuído aos accionistas ordinários do Banco no valor de 101.855 milhares de Meticais (2022: Lucro: 90.138 milhares de Meticais), e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2023 que é de 1.385.408 (2022: 1.179.250), calculado como se segue:

Resultados por acção

| | 2023 | 2022 |
|---|-----------|-----------|
| Lucro atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias | | |
| Resultado líquido | 101 855 | 90 138 |
| Número médio ponderado de acções ordinárias | 1 385 408 | 1 179 250 |
| Resultados por acção | | |
| Básicos | 0,07 | 0,08 |
| Diluídos | 0,07 | 0,08 |

17. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| Caixa | 718 671 | 894 065 |
| Disponibilidades no Banco Central | 788 656 | 414 933 |
| Reservas obrigatórias | 14 043 543 | 2 160 030 |
| | 15 550 870 | 3 469 028 |

18. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|----------------|
| Disponibilidades em Bancos Nacionais | 776 | 191 387 |
| Disponibilidades em Bancos Estrangeiros | 376 634 | 289 422 |
| | 377 410 | 480 809 |

19. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Aplicações em Bancos Centrais | - | 3 503 702 |
| Aplicações em Outras instituições de crédito | 2 457 392 | 3 088 005 |
| | 2 457 392 | 6 591 707 |

As aplicações em instituições de crédito por maturidade apresentam-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|-----------------|------------------|------------------|
| Até 3 meses | 2 457 392 | 6 424 327 |
| 3 meses a 1 ano | - | 167 380 |
| | 2 457 392 | 6 591 707 |

20. Activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

| | 2023 | | 2022 | |
|-------------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|--------------------------------------|
| | Custo amortizado | Através de outro rendimento integral | Custo amortizado | Através de outro rendimento integral |
| Bilhetes de Tesouro | 8 571 040 | - | 7 521 104 | - |
| Obrigações de Tesouro | - | 3 207 231 | - | 1 452 391 |
| Obrigações Corporativas | | | | |
| Visabeira 2020-2026 | - | 112 776 | - | 163 915 |
| BAYPORT 2020-2025 | - | 43 574 | - | 44 033 |
| BAYPORT 2021-2025 | - | 59 053 | - | 57 388 |
| MOZ BOND | - | 553 941 | - | 491 198 |
| Acções | | | | |
| Emose 2013 | - | 32 783 | - | 37 156 |
| SIMO | - | 12 655 | - | 12 655 |
| | 8 571 040 | 3 976 575 | 7 521 104 | 2 208 925 |
| Total | | 12 593 053 | | 9 779 840 |

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2023, a carteira de Bilhetes de Tesouro, apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Maturidade de 1 mês | 1 893 310 | 1 292 458 |
| Maturidade superior a 1 mês < 6 meses | 4 539 230 | 4 987 259 |
| Maturidade superior a 6 meses < 12 meses | 2 138 500 | 1 241 387 |
| | 8 571 040 | 7 521 104 |

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2023, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresenta-se como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Maturidade superior a 1 mês < 6 meses | - | 158 077 |
| Maturidade superior a 12 meses | 3 207 231 | 1 294 314 |
| | 3 207 231 | 1 452 391 |



Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- > O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado.
- > O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como Swaps.
- > O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do cálculo de fluxos de caixa descontados.

38. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

| | | Aplicações em instituições de crédito | Empréstimos e adiantamentos a clientes | Recursos de Instituições de crédito | Depósitos e contas correntes |
|---------------------|------|---------------------------------------|--|-------------------------------------|------------------------------|
| Accionistas | | | | | |
| Kuhanha | 2023 | - | 311 | - | 968 200 |
| | 2022 | - | - | - | 2 020 195 |
| Arise. B.V | 2023 | - | - | - | 175 |
| | 2022 | - | - | - | 176 |
| Moçambique Capitais | 2023 | - | 11 | - | 371 |
| | 2022 | - | 10 | - | 52 857 |
| Almeida Matos | 2023 | - | 53 | - | 10 404 |
| | 2022 | - | 95 | - | 4 966 |

Os saldos com o pessoal do Órgão de Gestão apresentam-se como se segue:

| | | Empréstimos e adiantamentos a clientes | Depósitos e contas correntes | Juros suportados | Juros obtidos |
|--------------------|------|--|------------------------------|------------------|---------------|
| Accionistas | | | | | |
| Órgão de Gestão | 2023 | 54 059 | 33 418 | 16 652 | 5 118 |
| | 2022 | 49 073 | 6 357 | 49 | 3 769 |

Benefícios ao Órgão de Gestão

Durante o exercício de 2023, os vencimentos do Órgão de Gestão ascenderam a 170.848 milhares de Meticals

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

| | | Locações operacionais | Juros suportados | Juros obtidos |
|---------------------|------|-----------------------|------------------|---------------|
| Accionistas | | | | |
| Kuhanha | 2023 | | 197 779 | 2 |
| | 2022 | | 250 272 | |
| Moçambique Capitais | 2023 | 6 008 | 2 483 | 5 |
| | 2022 | 6 070 | 4 792 | 1 |
| Almeida Matos | 2023 | | 466 | |
| | 2022 | | | |

39. Contingências e compromissos

Contingências

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Garantias | 7 516 527 | 6 017 657 |
| Moeda Nacional | 5 493 216 | 4 353 031 |
| Moeda Estrangeira | 2 023 311 | 1 664 626 |
| Cartas de crédito | 321 529 | 416 039 |
| | 7 838 056 | 6 433 696 |

40. Eventos subsequentes

O Banco não tem evidência de ocorrência de eventos significativos após 31 de Dezembro de 2023, que afectam a compreensão dos elementos que compõem as demonstrações financeiras.

41. Pressuposto da continuidade

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, o Banco registou um lucro líquido de 101 milhões de Meticals (2022: Lucro de 90 milhões de Meticals). Este desempenho sólido é resultado da conjugação de diversos factores, com destaque para a melhoria da eficiência na gestão de custos, traduzindo-se num crescimento mínimo de 2% face ao ano de 2022, associado a consolidação da estratégia de recuperação de crédito.

Em 2023, o Banco lançou uma iniciativa de transformação e inovação tecnológica com objectivo de fortalecer a eficiência operacional, melhorar a experiência do cliente e manter a competitividade no sector financeiro. Ainda assim, os accionistas do Banco efectuaram um aumento do capital social no montante de 1.124.500 milhares de Meticals, reforçando deste modo a confiança na continuidade do Banco.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

| Rubricas | 31 de Dezembro de 2022 | | | 31 de Dezembro de 2022 | |
|--|--|--------------------------------------|------------------|------------------------|-------------------|
| | Valor antes de provisões, imparidade e amortizações | Provisões, imparidade e amortizações | Valor Líquido | | |
| Activo | | | | | |
| 10 + 3300 | Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 15 550 867 | | 15 550 867 | 3 469 018 |
| 11 + 3301 | Disponibilidades em outras instituições de crédito | 377 409 | | 377 409 | 480 810 |
| 153 (1) + 158 (1) + 16 | Activos financeiros detidos para negociação | 8 816 255 | | 8 816 255 | 7 820 422 |
| 153 (1) + 158 (1) + 17 | Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados | 0 | | 0 | 0 |
| 154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1) | Activos financeiros disponíveis para venda | 3 652 850 | 0 | 3 652 850 | 1 907 795 |
| 13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300 | Aplicações em instituições de crédito | 2 457 391 | 0 | 2 457 391 | 6 591 392 |
| 14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018 | Crédito a Clientes | 23 827 447 | 1 847 925 | 21 979 522 | 21 812 688 |
| 156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303 | Investimentos detidos até à maturidade | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1) | Activos com acordo de recompra | 0 | | 0 | 0 |
| 21 | Derivados de cobertura | 0 | | 0 | 0 |
| 25 - 3580 | Activos não correntes detidos para venda | 995 911 | 264 064 | 731 847 | 788 294 |
| 26 - 3581 (1) - 360 (1) | Propriedades de investimento | 264 952 | 32 673 | 232 279 | 237 705 |
| 27 - 3581 (1) - 360 (1) | Outros activos tangíveis | 5 742 091 | 3 451 059 | 2 291 032 | 2 462 190 |
| 29 - 3583 - 361 | Activos intangíveis | 1 207 495 | 890 026 | 317 468 | 224 572 |
| 24 - 357 | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 12 655 | 0 | 12 655 | 12 655 |
| 300 | Activos por impostos correntes | 606 940 | | 606 940 | 605 181 |
| 301 | Activos por impostos diferidos | 96 635 | | 96 635 | 151 267 |
| 12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3) | Outros Activos | 2 590 897 | 71 161 | 2 519 737 | 2 205 899 |
| Total de activos | | 66 199 796 | 6 556 908 | 59 642 888 | 48 769 885 |

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO)

Balço - Contas Individuais

| Rubricas | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
|--|------------------------|------------------------|
| Passivo | | |
| 38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1) | - | - |
| Recursos de bancos centrais | | |
| 43 (1) | - | - |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | |
| 43 (1) | - | - |
| Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados | | |
| 39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1) | 1 568 861 | 114 193 |
| Recursos de outras instituições de crédito | | |
| 40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311 | 40 983 318 | 35 434 108 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | | |
| 42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312 | - | - |
| Responsabilidades representadas por títulos | | |
| 44 | - | - |
| Derivados de cobertura | | |
| 45 | - | - |
| Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas | | |
| 47 | 441 155 | 219 123 |
| Provisões | | |
| 490 | - | - |
| Passivos por impostos correntes | | |
| 491 | 8 839 | 8 839 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| 481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1) | - | - |
| Instrumentos representativos de capital | | |
| 480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1) | 2 344 184 | - |
| Outros passivos subordinados | | |
| 51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3) | 4 485 688 | 4 525 234 |
| Outros passivos | | |
| Total de Passivo | 49 832 045 | 40 301 498 |
| Capital | | |
| 55 | 7 020 750 | 5 896 250 |
| Capital | | |
| 602 | 1 993 740 | 1 993 740 |
| Prémios de emissão | | |
| 57 | - | - |
| Outros instrumentos de capital | | |
| - 56 | - | - |
| (Acções próprias) | | |
| 58 + 59 | -3 475 | -119 568 |
| Reservas de reavaliação | | |
| 60 - 602 + 61 | 697 967 | 607 829 |
| Outras reservas e resultados transitados | | |
| 64 | 101 855 | 90 136 |
| Resultado do exercício | | |
| - 63 | - | - |
| (Dividendos antecipados) | | |
| Total de Capital | 9 810 837 | 8 468 388 |
| Total de Passivo + Capital | 59 642 882 | 48 769 885 |

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

| Rubricas | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
|---|------------------------|------------------------|
| 79 + 80 | 6 017 168 | 5 370 712 |
| Juros e rendimentos similares | | |
| 66 + 67 | 3 098 005 | 2 113 983 |
| Juros e encargos similares | | |
| Margem financeira | 2 919 162 | 3 256 729 |
| 82 | 0 | 0 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | | |
| 81 | 665 407 | 586 047 |
| Rendimentos com serviços e comissões | | |
| 68 | 303 057 | 238 357 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| - 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910 | 3 905 | 27 189 |
| Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | | |
| - 694 + 834 | 883 | - |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | | |
| - 690 + 830 | 223 500 | 173 611 |
| Resultados de reavaliação cambial | | |
| - 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1) | 42 962 | 23 148 |
| Resultados de alienação de outros activos | | |
| - 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848 | 1 400 616 | 226 148 |
| Outros resultados de exploração | | |
| Produto bancário | 4 953 379 | 4 054 516 |
| 70 | 2 084 834 | 1 773 282 |
| Custos com pessoal | | |
| 71 | 946 166 | 903 449 |
| Gastos gerais administrativos | | |
| 77 | 414 434 | 446 546 |
| Amortizações do exercício | | |
| 784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888 | 140 064 | 21 760 |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | | |
| 760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876 | 1 246 943 | 858 361 |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | | |
| 768 + 769 (1) - 877 - 878 | 19 083 | (39 018) |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | | |
| Resultados antes de impostos | 101 855 | 90 136 |
| Impostos | | |
| 65 | 0 | 0 |
| Correntes | | |
| 74 - 86 | 0 | 0 |
| Diferidos | | |
| 640 | 101 855 | 90 136 |
| Resultados após impostos | 101 855 | 90 136 |
| - 72600 - 7280 + 8480 + 84400 | (11 853) | (4 275) |
| Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas | | |

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração do fluxo de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar sem a inevitável ocorrência do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2024 e são assinadas em seu nome, por


Administrador do Conselho de Administração


Presidente do Conselho de Administração

Moza Banco, S.A. - Rua do Rossio nº 2, 1000-000 Lisboa - Portugal - N.º de Registo: 30807 - N.º de Identificação Fiscal: 504000000 - N.º de Registo de Comércio: 30807 - N.º de Registo de Imposto: 504000000

Relatório e parecer sobre o relatório e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

MOZA BANCO

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Exmos. Senhores Accionistas do Moza Banco, S.A.,

Nos termos da lei e das disposições estatutárias, e em conformidade com o mandato que lhe foi conferido em Assembleia Geral a 28 de Abril de 2023, o Conselho Fiscal do Moza Banco, S.A. (doravante designado "Moza Banco"), acompanhou a actividade do Banco, verificou a exactidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento das normas legais e contabilísticas aplicáveis à actividade do Moza Banco.

Nos termos da Lei, apresenta-se o relatório relativo à acção fiscalizadora efectuada pelo Conselho Fiscal no decurso do ano de 2023, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração do Moza Banco.

Relatório

No âmbito da acção de fiscalização o Conselho Fiscal do Moza Banco acompanhou, com a periodicidade e extensão adequadas, a actividade do Banco, tendo efectuado as verificações julgadas convenientes, em conformidade com o disposto no Código Comercial, nomeadamente no que respeita a escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração, como da Comissão Executiva e bem assim dos serviços do Banco, os esclarecimentos solicitados.

Durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal participou com um membro permanente nas reuniões das Comissões de Risco e Compliance e da Comissão de Auditoria.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, o mesmo apresenta um valor positivo no montante de 101,855 Milhões de Meticais, tendo o resultado integral apresentado um valor igualmente positivo no montante de 98,380 Milhões de Meticais e os Capitais Próprios do Banco apresentam um valor de 9.810,836 Milhões de Meticais.

No que respeita aos indicadores prudenciais do Moza Banco, os Fundos Próprios Regulamentares, calculados de acordo com as regras do Banco de Moçambique, ascendem a 5.588 Milhões de Meticais (2022: 5.367 Milhões de Meticais) o que resulta num rácio de 22,72% (2022: 25,72 %), o rácio de liquidez apresenta um valor de 38,86% (2022: 47,41%) e o rácio de Solvabilidade um valor de 19,97% (2022: 22,58%).

O Conselho Fiscal reuniu, no decurso dos trabalhos de auditoria, com o Auditor Independente do Banco, a Mazars, tendo obtido os esclarecimentos necessários sobre o planeamento, execução e conclusões dos trabalhos efectuados, tendo sido apreciado o Relatório do Auditor Independente, datado de 15 de Março de 2024, relativo às Demonstrações Financeiras do Moza Banco referentes ao exercício de 2023, o qual apresenta uma opinião não modificada, e com o qual concordamos.

Foi examinado o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2023, tendo sido concluído que o mesmo permite uma fácil e clara compreensão da situação económica, da evolução dos negócios e da rentabilidade obtida no exercício.

No que concerne a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a qual contempla a transferência para a rubrica de Reservas Legais o montante de 30 556 574 MZN (trinta milhões quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e quatro Meticais) e para a rubrica de Resultados Transitados o montante de 71 298 673 (setenta e um milhões duzentos e noventa e oito mil seiscentos e setenta e três Meticais) foi verificada a conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, com especial atenção ao disposto no artigo 89, n.ºs 1 a 3 do Código Comercial e no artigo 82, n.º 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Parecer

Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação dos Estatutos, da Lei e dos Regulamentos emanados pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora, o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:


- Aprove as contas referentes ao exercício de 2023;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;


- Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.


Como nota final, o Conselho Fiscal expressa, ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos trabalhadores do Moza Banco em geral, o seu profundo agradecimento pela colaboração prestada no exercício da sua acção de fiscalização.


Maputo, 15 de Março de 2024

O Conselho Fiscal

Irene Maurício – Presidente do CF 

Anastácia C. Cuna – Vice-Presidente do CF 

Nuno Domingues – Vogal 

Isaltina Nhabinde – Suplente 

Relatório do Auditor Independente

mazars

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acontecidos do
Moza Banco, S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditoria das demonstrações financeiras anexas do Moza Banco, S.A. (de ora adiante também designado de "Banco" ou "Moza Banco") constantes das páginas 11 a 98, que compreendem a Demonstração do posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração de resultados, a Demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre as políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pelo Auditoria das Demonstrações Financeiras abaixo. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a Auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convencidos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Materias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da Auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Edifício Mazars, Bairro Central, Rua 1.233, Nº 81, 3ª Andar
Maputo
Moçambique
Tel: +258 21 808 9022
www.mazars.co.mz

mazars

Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|---|--|
| Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), as perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes, registadas nas demonstrações financeiras, representam a melhor estimativa do Órgão de Gestão sobre as perdas implícitas na sua carteira de crédito. | Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e teste à concepção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito do Banco. Estes controlos incluem aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância e os registos contabilísticos efectuados relativamente à imparidade quantificada da carteira de crédito a clientes; • Realização de testes substantivos ao modelo de imparidade do Banco, numa base de amostragem com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de Auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologia adoptados na determinação dos parâmetros de risco e da imparidade colectiva, recorrendo à extração das informações utilizadas no modelo (inputs), reexecução dos cálculos e revisão da análise de sensibilidade efectuada pelo Banco, relativamente aos pressupostos críticos subjacentes. Esta revisão teve também como objectivo garantir o alinhamento do modelo instituído |

Estas imparidades são determinadas através da análise individual para créditos com determinadas especificidades e através de análise colectiva para os restantes créditos que não sejam objecto de análise individual.

Nos créditos concedidos a grandes clientes, o valor das imparidades é mensuradamente calculado de forma individual.

As imparidades individuais, exigem um juízo de valor do Órgão de Gestão no apuramento da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados com esses créditos.

As imparidades calculadas com base na análise colectiva são determinadas considerando dados, pressupostos e estimativas, sujeitos a juízos de valor formados pelo Órgão de Gestão.

Considerando a materialidade e natureza subjectiva das imparidades da carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

2 de 9

mazars

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|--|--|
| Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os instrumentos financeiros representados na demonstração do balanço em 31 de Dezembro de 2023, incluem instrumentos financeiros em imparidade e para uma amostra de perdas (ponto de reconhecimento da imparidade) foi identificado em momento apropriado, analisando as projecções de cash-flow estimadas e utilizadas no cálculo das imparidades respectivas, analisando as respectivas garantias consideradas no cálculo da "LGD"; e | com os requisitos da Norma Internacional de Relatório Financeiro nº 9 (IFRS 9); <ul style="list-style-type: none"> • Para as imparidades apuradas de forma individual, foram efectuados testes aos controlos implementados pelo Banco sobre a identificação abrangida de créditos potencialmente em imparidade e para uma amostra de perdas (ponto de reconhecimento da imparidade) foi identificado em momento apropriado, analisando as projecções de cash-flow estimadas e utilizadas no cálculo das imparidades respectivas, analisando as respectivas garantias consideradas no cálculo da "LGD"; e • Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, relacionadas com esta matéria. |

3 de 9

mazars

Activos por impostos diferidos

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|--|---|
| Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), o reconhecimento dos Activos por impostos diferidos compreende a formação de juízos de valor por parte do Órgão de Gestão, nomeadamente quanto (i) à geração de lucros tributáveis, em montantes e momentos adequados à reversão futura das diferenças temporárias tributáveis, existentes, e (ii) às estratégias de planeamento fiscal adoptadas. | Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação crítica dos pressupostos utilizados na projecção dos lucros tributáveis futuros do Banco, constantes no seu plano de negócios para os próximos anos; • Revisão da base de apuramento dos impostos diferidos que originou a existência de diferenças temporárias; • Revisão da correspondente taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração a legislação em vigor e a taxa efectiva que tem vindo a ser verificada no Banco; e • Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, relacionadas com esta matéria. |

Atendendo à materialidade dos Activos por impostos diferidos reconhecidos pelo Banco, juristicamente com as incertezas que a sua realização comporta - geração de lucros tributáveis em montantes e momentos adequados, assim como eventuais alterações futuras na legislação fiscal, esta matéria foi considerada como relevante na nossa Auditoria.

4 de 9

mazars

Activos não correntes detidos para venda

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|---|---|
| Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável. | Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e teste ao desenho e implementação dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de activos não correntes detidos para venda do Banco; • Verificação do correcto registo contabilístico decorrente das avaliações de invento, face aos montantes apresentados nas últimas avaliações obtidas; • Análise crítica aos relatórios de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes, contratados pelo Banco, desafiando os pressupostos significativos e aferindo sobre a sua razoabilidade, tendo por base as condições de mercado; • Avaliação sobre a adequação das divulgações efectuadas nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, considerando o referencial contabilístico aplicável (IFRS). |

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de custos de venda. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas, realizadas por peritos independentes.

As avaliações envolvem um elevado nível de julgamento, envolvendo diferentes pressupostos e metodologias.

Assim, a valorização dos activos não correntes detidos para venda foram considerados uma matéria relevante de Auditoria, dada a materialidade dos montantes envolvidos e o grau de julgamento subjacente ao método de avaliação adoptado, do qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras do Banco.

5 de 9

mazars

Activos financeiros

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|---|--|
| Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros requerem, por vezes, a utilização de pressupostos e julgamentos na determinação do seu justo valor. | <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, compreensão e avaliação dos controlos-chave implementados no Banco, relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • Verificação dos preços provenientes de fontes externas para as posições detidas pelo Banco e sua comparação com os preços utilizados, analisando quaisquer diferenças significativas; • Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos modelos e principais pressupostos (quando aplicável) e dos supostos adoptados para a valorização adoptada pelo Banco; e • Por fim, avaliação de as divulgações efectuadas pelo Banco, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente aos Activos Financeiros, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor. |

Os instrumentos financeiros apresentados na Demonstração da posição financeira como "Activos financeiros", no montante global de 12.593.053 milhares de Meticos, representam aproximadamente 21% do total do Activo do Banco, em 31 de Dezembro de 2023.

Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de Auditoria face à materialidade dos montantes envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à selecção da base de mensuração para cada natureza de investimento, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.

6 de 9

mazars

Continuidade das Operações

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|--|---|
| No âmbito da reestruturação do capital social do Banco e que obrigou à intervenção do Estado Moçambicano e conforme divulgado na Nota 41 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Pressuposto de continuidade"), o Banco encontra-se a implementar um Plano Estratégico que lhe permita assegurar a continuidade das suas operações. Nesse sentido, existe a possibilidade do Plano implementado não estar adequadamente preparado, tendo em consideração o quadro limitativo do panorama macroeconómico e do contexto actual menos favorável, e consequentemente, não permitir a geração de resultados suficientes e necessários para garantir a continuidade das suas operações num futuro previsível, o que motivou que esta matéria fosse considerada uma matéria relevante na nossa Auditoria. | <ul style="list-style-type: none"> • Discussão e investigação com o Órgão de Gestão sobre a avaliação efectuada pelo mesmo, quanto ao pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras; • Revisão e avaliação do Plano de Recuperação do Banco; • Obtenção e análise de documentação de suporte adicional, nomeadamente o último Plano de negócios aprovado, por forma a concluir se o uso do pressuposto da continuidade das operações é apropriado; e • Por fim, avaliação se as divulgações efectuadas pelo Banco, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente a este assunto, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor. |

Outra informação

O Órgão de Gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a informação incluída no documento intitulado "Relatório de Gestão 2023". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de Auditoria nem qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se apresenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

7 de 9

mazars

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Órgão de Gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Órgão de Gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista sendo factível.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde consta a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não deteção de uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não deteção de uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver: contatos, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de Auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas actividades.

8 de 9

mazars

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.
- Declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

MAZARS SCAC, LDA.
Sociedade de Auditores Certificada: 16/SCAC/AM/2016
Representada por:

mazars
Lda N.º 17/CA/OCAM/2016

Dipak Lalji
Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012
Maputo, 15 de Março de 2024

9 de 9